

 ESTADO DO PARANÁ	Folha 1  DIGITAL
--	--

Órgão Cadastro:	UNESPAR		Protocolo:	Vol.:
Em:	13/03/2018 14:56		15.100.908-5	1
Interessado 1:	PRO-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO			
Interessado 2:	-			
Assunto:	AREA DE ENSINO	Cidade:	PARANAVAI / PR	
Palavras chaves:	PROJETO	Origem:	UNESPAR/PGRA	
Nº/Ano Documento:	8/2018			
Complemento:	REFORMULAÇÃO DO PROJETO POLÍTICO INSTITUCIONAL DA UNESPAR.			
Código TTD:	-	Para informações acesse: www.eprotocolo.pr.gov.br/consultapublica		

13 de março de 2018, Paranavaí-PR
Memorando nº. 08/2018

De: Pró-reitoria de Ensino de Graduação (PROGRAD)

Para: Antonio Carlos Aleixo – Presidente do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE)

Assunto: Intenção de pauta para a 1ª sessão do CEPE de 2018

Solicitamos a inclusão de pauta para a 1ª sessão do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE) da Unespar, a realizar-se no dia 22 de março de 2018, com vistas a apreciação de:

- ✓ Reformulação do Projeto Político Institucional da Unespar.

Atenciosamente,



Maria Simone Jacomini Novak
Pró-Reitora de Ensino de Graduação - PROGRAD



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ

UNESPAR

PPI

PROJETO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL

2018

SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO	5
2. INSERÇÃO REGIONAL.....	6
3. PRINCÍPIOS FILOSÓFICOS, PERFIL HUMANO E PROFISSIONAL	12
4. CONCEPÇÕES DE ENSINO, APRENDIZAGEM, CURRÍCULO, PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO	14
4.1 Referenciais para uma política de Ensino.....	14
4.2 Currículo	16
4.3 Planejamento	16
4.4 Avaliação.....	17
5. ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA.....	18
5.1 Políticas de Ingresso	20
5.2 Perfil do Ingressante.....	21
5.3 Unificação do Sistema Acadêmico.....	22
5.4 Nome Social.....	24
5.5 Página dos Estudantes.....	25
6. PLANO PARA ATENDIMENTO ÀS DIRETRIZES PEDAGÓGICAS.....	27
6.1 Inovações Consideradas Significativas, Flexibilidade dos Componentes Curriculares e Oportunidades Diferenciadas de Integralização dos Cursos	27
6.2 Atividades Práticas de Estágio	30
6.2.1 Atividades Práticas.....	31
6.2.2 O Estágio	33
6.2.3 Repensar continuamente as atividades práticas e de estágio.....	34
6.3 Desenvolvimento de materiais pedagógicos.....	35
6.4 Incorporações de avanços tecnológicos.....	36
6.5 A Educação em Direitos Humanos e o Atendimento Educacional Especializado	37
6.5.1 Ações de identificação e acesso ao atendimento especializado	39
6.5.2 Ações de acessibilidade estrutural	40
6.5.3 Ações de apoio e acompanhamento pedagógico.....	41
7. VISÃO DAS POLÍTICAS DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO DA UNESPAR	42
7.1 Políticas de ensino	44
7.1.1. Políticas para a graduação	45
7.1.2 Políticas para cursos sequenciais.....	46
7. 2 Políticas de pesquisa e pós-graduação	46

7.2.1 Pesquisa	47
7.2.2 Pós-graduação	48
7.3 Políticas de Extensão e Cultura.....	49
7.4 Políticas para a comunidade estudantil.....	50
8 POLÍTICAS DE GESTÃO E DE RESPONSABILIDADE DA UNESPAR E SUA CONTRIBUIÇÃO À INCLUSÃO SOCIAL E AO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL DA REGIÃO.....	52
9 CONCLUSÃO	57
REFERÊNCIAS	58
ANEXOS	60

ÍNDICE DE FIGURAS E TABELAS

Figura 1 - Evolução da quantidade de Instituições de Ensino Superior no Brasil entre 2000 e 2013	6
Figura 2 - Matrículas no Ensino Superior no Brasil por regiões, Paraná e Unespar em 2015.	7
Figura 3 - Matrículas de residentes no Estado do Paraná, entre o período de 2014 a 2017.	9
Figura 4 - Localização da Unespar por campus, regiões geográficas.	10
Figura 5 - Densidade demográfica do Estado do Paraná.	11
Tabela 1 - Quantitativo de campus, cursos, turmas, séries e matrículas na Unespar em 2017	18
Figura 6 - Número de ingressantes em cursos presenciais no ensino superior paranaense entre 2000 e 2013 (em milhares)	20
Figura 7 - Visão geral da plataforma de relatórios do Sistema de Gestão do Ensino Superior – SIGES.	23
Figura 8 - Gráfico da evolução do quantitativo de projeto de extensão.	55

1. APRESENTAÇÃO

O documento aqui apresentado faz parte da primeira reformulação do PPI “[...] elaborado coletivamente por representantes de cada unidade e aprovado pelo Conselho Universitário Provisório da Instituição” em 2012. Esse documento traz alguns acréscimos e supressões com relação ao outro, visto a natureza de sua marca temporal, bem como as exigências legais atuais para sua composição, com destaque para a Deliberação 01/2017 do Conselho Estadual de Educação do Paraná (CEE-PR).

Este documento explicita as posições da Unespar a respeito do homem, do mundo e de sua relação com a educação. É a carta magna da constituição pedagógica de uma proposta educacional de nível superior, para uma instituição que se caracteriza por sua natureza *multicampi* e multirregional, com fortes compromissos com o desenvolvimento integrado e articulado entre as diferentes regiões do Estado do Paraná onde se faz presente, a partir das Faculdades que lhe deram origem.

O PPI é o compromisso institucional com as políticas e estratégias para atingir suas finalidades e objetivos. Mais do que um simples documento técnico-burocrático ou de gestão, ele deve ser considerado como um instrumento norteador das ações políticas e pedagógicas.

Muitos dos princípios aqui colocados foram extraídos da revisão de documentos já produzidos pela comunidade universitária ao longo dos seus cinco anos de existência, bem como da experiência acumulada pela comunidade acadêmica durante esse período e de um olhar atento aos documentos nacionais e estaduais que regem a educação universitária, entre elas a indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão.

Neste sentido, o Projeto Político Institucional é o documento norteador dos nossos Projetos Políticos Pedagógicos e, portanto, da prática pedagógica, comprometido com a missão institucional, qual seja, “Gerar e difundir o conhecimento científico, artístico, cultural, tecnológico, por meio do ensino, pesquisa e extensão, nas diferentes áreas do saber, para a promoção da cidadania, da democracia, da diversidade humana e do desenvolvimento sustentável, em âmbito regional, nacional e internacional” (PDI/UNESPAR, 2018).

2. INSERÇÃO REGIONAL

As universidades públicas caracterizam-se por um espaço de sistematização do conhecimento e transformador de saberes críticos e ideias inovadoras por meio de conhecimentos científicos, tecnológicos e culturais. Um dos seus grandes desafios atualmente é o fortalecimento do seu papel, em uma sociedade intitulada como do conhecimento, baseada no eixo fundamental e indissociável do ensino, da pesquisa e da extensão.

Pensar na inserção da Unespar em sua consolidação enquanto universidade pública impõe grandes desafios, dentre eles, a conquista da autonomia universitária e a articulação de valores humanísticos, cuja dinâmica e desenvolvimento se configurem no entendimento de que a ciência e a técnica não se apresentam apenas como meio ou dispositivo, mas, principalmente, como modo de inserção na realidade, na ação e na interação e transformação das pessoas nas diferentes realidades especiais onde a universidade está inserida.

De acordo com os dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), disponibilizados nas Sinopses Estatísticas da Educação Superior – Graduação 2000-2013 (Figura 1), o número de instituições de ensino superior no Brasil aumentou de 1.180 para 2.391 (crescimento de 102%), sendo que as instituições públicas passaram de 176 para 301 (crescimento de 71%), enquanto o número das instituições privadas passou de 1.004 para 2.090 (crescimento de 108%).

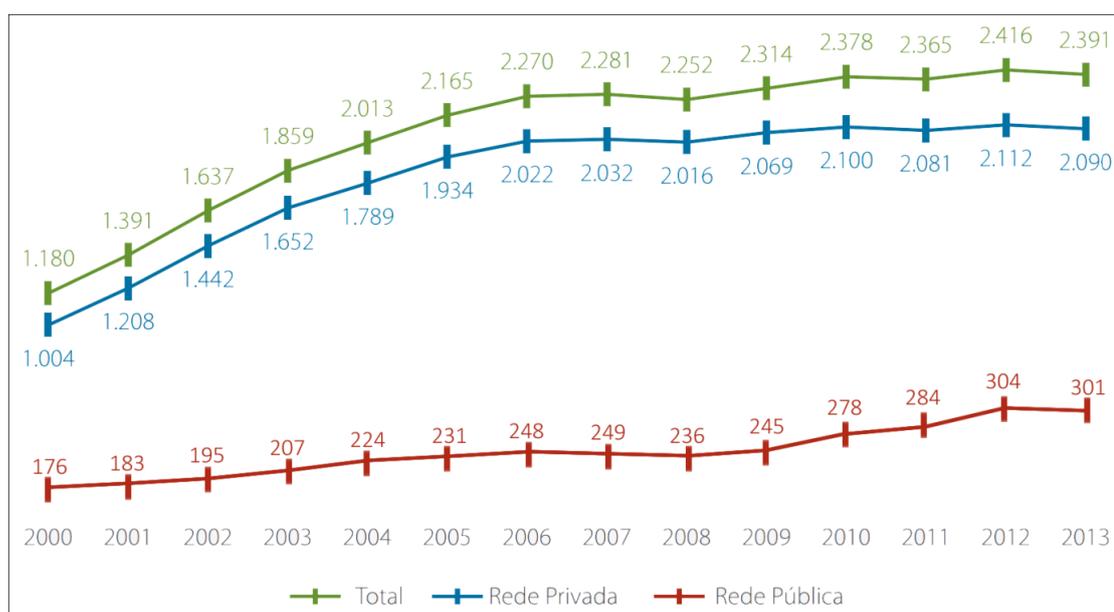


Figura 1 - Evolução da quantidade de Instituições de Ensino Superior no Brasil entre 2000 e 2013
Fonte: (INEP, 2015) Adaptado de Sindata /Semesp (2015)

Com relação ao número de matrículas, o Censo da Educação Superior de 2015 mostra que os cursos de ensino presenciais e a distância (EaD), em instituições públicas e privadas, das categorias federais, estaduais e municipais, também tiveram um aumento significativo. Neste mesmo ano, a Unespar apresentou um total de 11.026 matrículas nos cursos de graduação, conforme Figura 2.

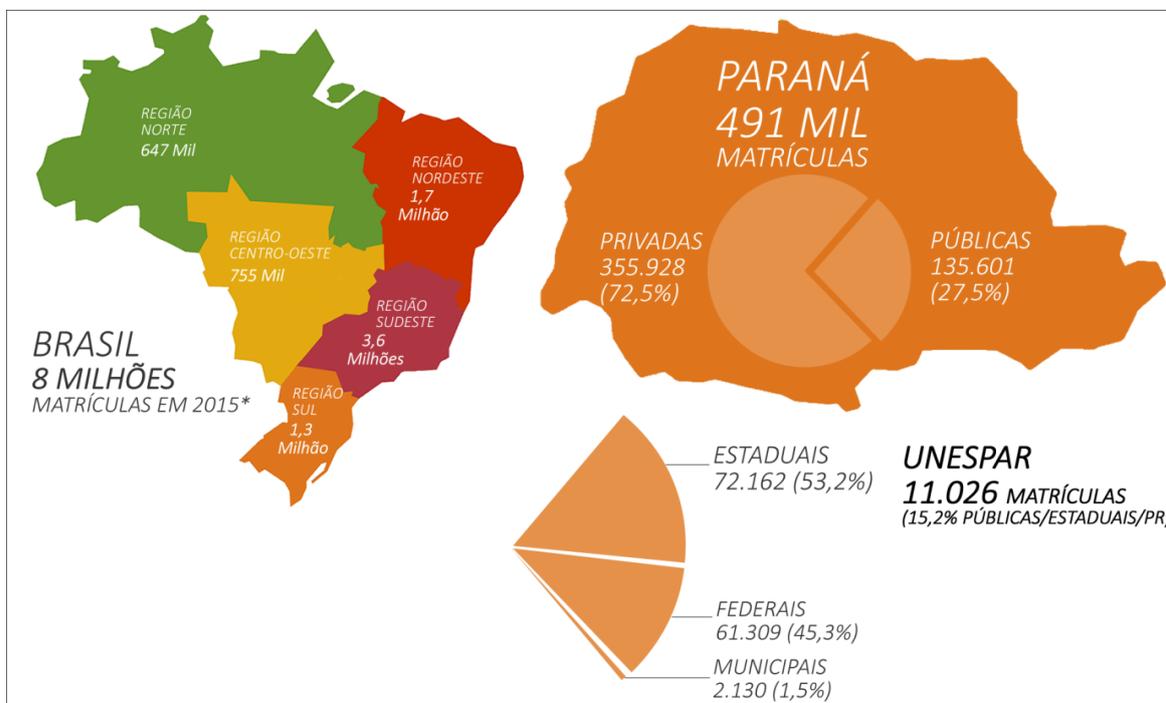


Figura 2 - Matrículas no Ensino Superior no Brasil por regiões, Paraná e Unespar em 2015.
Fonte: (INEP, 2015)

Com relação aos estudos realizados acerca da origem dos estudantes ingressantes de 2016 e 2017 na Unespar, verificou-se que a média de estudantes nascidos no Estado do Paraná é de 80%. Deste total, os ingressantes pelo Sistema de Seleção Unificado - SiSU/ENEM correspondem a 75%, e o Processo Seletivo Próprio e Unificado – Vestibular possui 85% de nascidos no Paraná, sendo oriundos de 175 diferentes cidades, alcançando todas as regiões do Estado.

Os estudantes de outros estados da federação correspondem a, aproximadamente, 15% do total, sendo o Estado de São Paulo com maior incidência, com, aproximadamente, 9%, seguido do Estado de Santa Catarina, com 4%. Os demais estados da federação somados correspondem a 2%, o que indica que a maior parte dos alunos que não residem no Paraná são oriundos de estados vizinhos.

Com relação ao número total de matrículas, a Unespar teve nos 67 cursos de graduação uma média de 11 mil estudantes por período letivo, entre 2014 e 2017. A grande maioria dos estudantes é formada por pessoas de etnia branca (70%), com

renda familiar entre 1 e 4 salários mínimos (80%) e oriundos de escolas públicas (75%).

A organização da Unespar em formato *multicampi* e descentralizada geograficamente em cinco regiões do Estado do Paraná, sendo as regiões Norte Central, Centro-Occidental, Metropolitana, Noroeste e Sudeste, possibilita à Unespar uma maior inserção regional no Estado do Paraná.

Os municípios sedes de campus possuíram em média uma quantidade superior a 800 matrículas no período entre 2014 e 2017, enquanto que os municípios circunvizinhos possuem classes diferenciadas de matrículas, cujos números vão de 200 a 800 matrículas, conforme Figura 3.

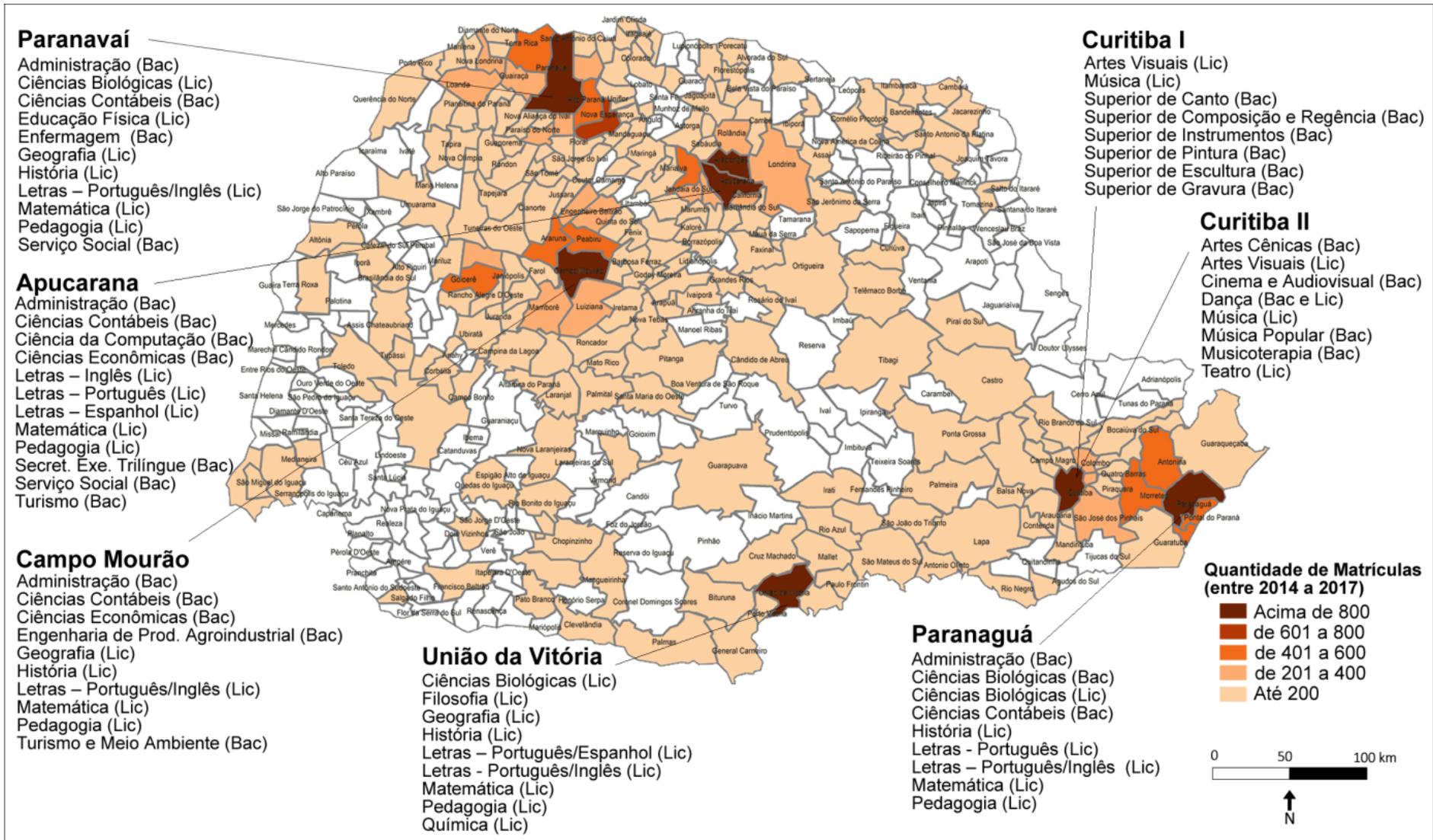


Figura 3 - Matrículas de residentes no Estado do Paraná, entre o período de 2014 a 2017.

Fonte: (SIGES, 2017).

Outra característica da inserção regional da Unespar é com relação à quantidade de habitantes nos municípios sede dos campi. Com exceção da capital do estado, localização dos campi de Curitiba I/Embap e Curitiba II/FAP, com população aproximada de 1,9 milhão de habitantes, os outros campi são formados por centros regionais de menor porte populacional. Os campi de Apucarana e Paranaguá possuem população maior que 100 mil habitantes, com 132 mil e 152 mil, respectivamente. Os campi de Campo Mourão, Paranaíba e União da Vitória possuem população inferior a 100 mil habitantes, com 94 mil, 87 mil e 57 mil habitantes, respectivamente. Com exceção de Curitiba, a maioria das cidades vizinhas aos campi é formada por populações menores de 20 mil habitantes e com índices de desenvolvimento econômicos e sociais inferiores aos das regiões metropolitanas do Estado, demonstradas na Figura 4, a seguir.

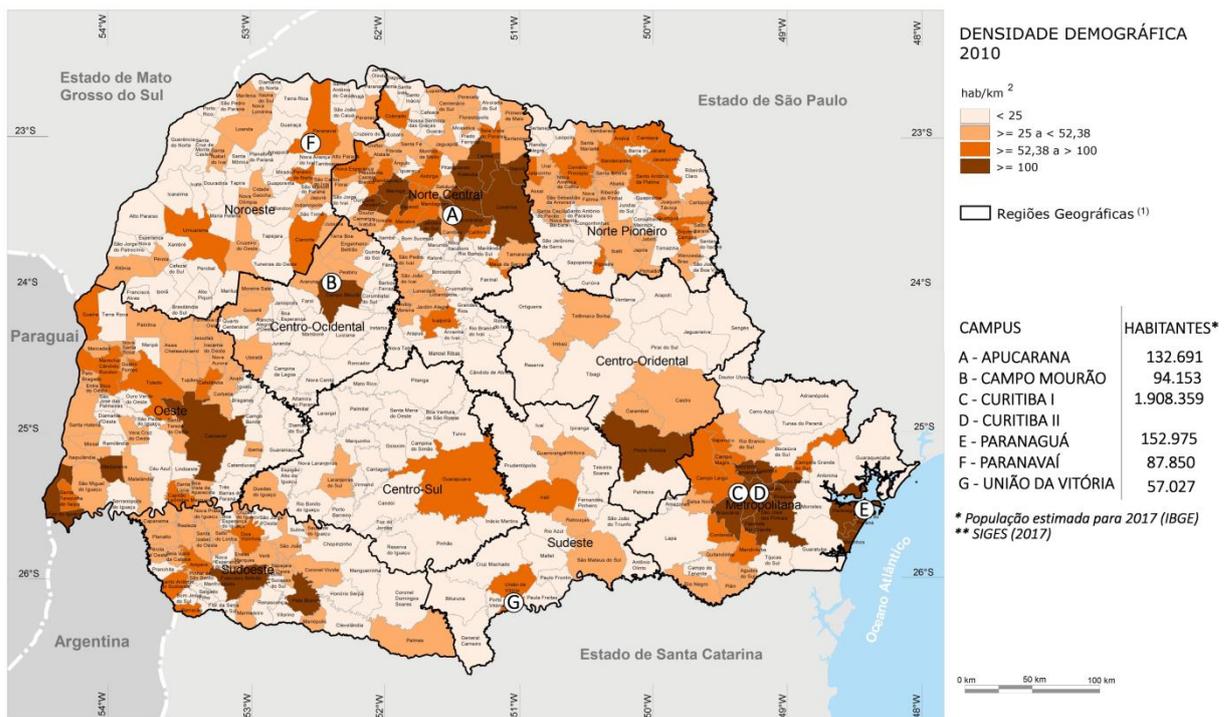


Figura 4 - Localização da Unespar por campus, regiões geográficas.
Fonte: (IPARDES, 2010); (IBGE, 2017); (SIGES, 2017) Base cartográfica: ITCG (2010)

Mesorregião	Municípios	Matrículas*	IES**	UNESPAR (Matrícula por sede de campus em 2017)
Centro Ocidental Paranaense	25	7.483	7	1.837 (24%)
Centro Oriental Paranaense	14	18.697	13	
Centro-Sul Paranaense	29	14.996	11	
Metropolitana de Curitiba	37	141.980	71	2.124 (1,5%)
Noroeste Paranaense	61	13.415	9	2.118 (15,8%)
Norte Central Paranaense	79	84.447	41	1.977 (2,3%)
Norte Pioneiro Paranaense	46	9.228	10	
Oeste Paranaense	50	46.328	36	
Sudeste Paranaense	21	7.504	5	1.223 (16,3%)
Sudoeste Paranaense	37	16.728	15	

* Matrículas em cursos presenciais (2013)
** IES que oferecem cursos presenciais (2013)

Figura 5 - Densidade demográfica do Estado do Paraná.
Fonte: (INEP, 2015); (SIGES, 2017) Adaptado de Sindata /Semesp (2015)

A distribuição e inserção regional da Unespar demonstra seu papel relevante na formação em nível superior no Estado do Paraná. Ademais, suas ações objetivam o compromisso com o desenvolvimento social e cultural de seus acadêmicos, bem como da comunidade externa, com vistas ao avanço da ciência e tecnologia.

3. PRINCÍPIOS FILOSÓFICOS, PERFIL HUMANO E PROFISSIONAL

A Unespar assume a perspectiva integradora e dialógica na concretização do seu projeto pedagógico, abrigando diferentes valores, estimulando em seu meio, crescentemente, o respeito às atitudes contrastantes e pontos de vista conflitantes. Nesse sentido, a ideia da integração, é a linha mestra do projeto pedagógico que, para atingir seus objetivos institucionais contempla os seguintes princípios filosóficos:

- I. Universalidade do conhecimento e sua sistematização por área;
- II. Autonomia universitária;
- III. Gestão democrática, modelo multicampi e descentralização administrativa e operacional;
- IV. Equidade de acesso e permanência ao ensino superior público, gratuito e de qualidade;
- V. Indissociabilidade entre ensino, pesquisa, extensão e cultura;
- VI. Cooperação e integração entre os campi, setores, unidades, seções na execução das atividades meio e fim da universidade.

A Unespar, ciente de suas responsabilidades no desenvolvimento e transformação da realidade regional, estadual e nacional, tem como objetivo participar do processo histórico de inserção de seus egressos no mundo do trabalho, apontando para a superação de dificuldades no contexto social e buscando a qualificação de seus cursos.

Neste contexto, com vistas às finalidades de formação acadêmica, a Unespar deve proporcionar condições aos egressos de exercerem suas profissões de forma autônoma, crítica, reflexiva, criativa e independente, na busca de conhecimentos e competência dialógica para compreensão dos problemas e proposição de soluções a partir de competência técnica, científica e humanista.

Para tanto, o perfil do egresso deve apresentar as seguintes características:

- Competências técnico-científicas e profissionais no processo de seleção das informações e dos conhecimentos científicos socioculturais;
- Independência e autonomia de pensamento no âmbito do conhecimento e dos processos e formas de aprendizagem, possibilitando a criação de mecanismos inovadores para sua formação continuada;

- Capacidade de tomar decisões criativas, pautadas na lógica, no raciocínio crítico-reflexivo e na argumentação dialética para a formação da cidadania consciente;
- Entendimento do trabalho coletivo como estratégia adequada e significativa para o enfrentamento dos problemas desafiadores que pautam o contexto social;
- Capacidade de compartilhar saberes e articular seu trabalho para contribuições em diferentes áreas do conhecimento, questionando a realidade social e favorecendo mudanças;
- Domínio e produção de diferentes estratégias de informação e comunicação tecnológica que possibilitem o acesso ao conhecimento e melhoria da qualidade no desempenho profissional;
- Utilização de metodologia científica para gerir a organização do trabalho acadêmico, favorecendo as políticas de associabilidade entre ensino, pesquisa e extensão;
- Consideração da realidade regional, estadual, nacional e internacional, de forma a contribuir para a formação de uma consciência política afinada com a sociedade em uma perspectiva global;
- Concepção da aprendizagem como um processo autônomo com vistas a uma formação continuada;
- Respeito às diferentes manifestações e necessidades físicas, cognitivas, emocionais e afetivas nas relações individuais e coletivas nas práticas sociais;
- Promoção da inclusão social por meio de uma postura investigativa, integrativa e propositiva, com vistas a uma sociedade justa e igualitária;
- Difusão dos valores éticos e contribuição para a promoção das relações de cooperação entre os membros da sociedade e suas instituições.

4. CONCEPÇÕES DE ENSINO, APRENDIZAGEM, CURRÍCULO, PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO

4.1 Referenciais para uma política de Ensino

A educação situa-se no amplo círculo dos direitos sociais, inscrita como está no artigo 6º da Constituição Brasileira que, por consequência, lhe dedica toda a Seção I (Da Educação) do Capítulo III (Da Educação, da Cultura e do Desporto) do Título VIII (Da Ordem Social). Além das normas educacionais propriamente ditas, registre-se a existência de uma enorme gama de leis ordinárias e de outros instrumentos normativos não específicos que interferem direta ou indiretamente no planejamento e na gestão da atividade educacional.

Assim, observados princípios e fins e a organização da educação brasileira, realizar-se-á de forma sistemática o processo de interpretação das normas que regulam o ensino, considerando, especialmente, as disposições contidas no Capítulo IV (Da Educação Superior) do Título V (Dos Níveis e das Modalidades de Educação e Ensino) da Lei 9.394/96-LDB.

O ensino e a extensão alimentam-se da pesquisa de forma interativa, possibilitando assim uma adequada formação humana. Ao realizar o trabalho contextualizado e de qualidade, permite-se o alcance das metas propostas pela instituição, de produzir e disseminar conhecimentos, de acordo com sua missão.

Para tanto, é necessário considerar o egresso como agente transformador do processo social, com formação humana, técnica, científica e política, baseada em princípios éticos com compreensão da realidade social, cultural e econômica do seu meio, dirigindo sua atuação para a transformação da realidade em benefício da sociedade.

As Diretrizes Curriculares dos cursos de graduação, definidas pelo Conselho Nacional de Educação, a legislação estadual definida pelo Conselho Estadual de Educação e as orientações elaboradas pela Pró-reitoria de Ensino de Graduação representam diretrizes para a elaboração dos projetos pedagógicos dos cursos – PPC's. Em consonância com tais diretrizes, as propostas de formação da Unespar são construídas a partir da capacidade de relacionar a teoria com a prática e na preparação para o mundo do trabalho e o exercício crítico da profissão. Por outro lado, a interdisciplinaridade, compreendida como resultado de diálogos entre as

diferentes áreas do conhecimento que compõem os PPC's, apresenta-se como uma orientação fundamental para a ação pedagógica dos cursos.

Considera-se que os PPC's constituem o instrumento balizador das ações acadêmicas, conferindo direção à gestão e às atividades pedagógicas no interior dos cursos de graduação. Tendo em vista a formação humana dos profissionais almejada pela instituição, os cursos da Unespar devem contemplar conteúdos que permitam o desenvolvimento do exercício da cidadania. Desta forma, temos os seguintes horizontes:

- A concepção de universidade como instituição social, pública, gratuita, laica e autônoma. Para tanto, a Universidade não pode prescindir de autonomia didática, intelectual e financeira, construindo, assim, um conhecimento que expresse sua lógica própria. Dessa forma, há que se promover a abertura para o diálogo com a sociedade, num movimento circular, em que a universidade se alimenta da sociedade e essa é retroalimentada por aquela, a partir de ações que possibilitem impulsionar para que a relação entre universidade e sociedade seja mais efetiva, ampliando o olhar acadêmico sobre a sociedade e desta para a academia, fato que estaria em pleno acordo com a finalidade da universidade, refletindo sobre seus espaços de atuação e de influência;
- A indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão como fundamento metodológico do ensino universitário. Pensar num ensino de graduação comprometido com a sociedade exige cada vez mais a pesquisa e a extensão como de fato indissociáveis numa instituição que pensa no desenvolvimento social e cultural de seus acadêmicos, mas também da sociedade do entorno, bem como no avanço da ciência e tecnologia. Possibilitar aos acadêmicos de graduação experiências com a comunidade e o desenvolvimento de investigação científica é um dos nossos princípios fundantes;
- A luta pela garantia de acesso e permanência dos estudantes no ensino superior. A Unespar se apresenta como uma instituição voltada para um público que tem como condição social e econômica e, portanto, definidora de suas ações políticas, o “ser trabalhador”. Por princípio, esta é uma das categorias basilares da Unespar. As ações devem assegurar a melhoria contínua dos cursos e a permanência dos acadêmicos, nesta que busca se caracterizar como uma universidade popular e inclusiva;
- A busca por uma formação integral, humana e profissional, que contribua para o processo de emancipação social. A organização didática e pedagógica deve

primar pelo compromisso com a sólida formação humana e profissional dos estudantes trabalhadores e com o desenvolvimento das regiões em que estamos inseridos, que se caracterizam por um baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) que, conseqüentemente, restringe o acesso da comunidade a conhecimentos fundamentais para o desenvolvimento humano pleno, como a arte, a ciência, a formação docente e a formação profissional. Assim, a Unespar não visa apenas à construção de um conhecimento teórico, mas também transformador, que possa modificar os indivíduos que a vivenciam no cotidiano, contribuindo com a potencialização das suas regiões de abrangência;

- A garantia de socialização e produção de conhecimentos socialmente relevantes para a formação de nossos estudantes. Formar para o exercício da profissão, com clareza do mundo do trabalho que estamos inseridos e dos múltiplos elementos que orientam o fazer da vida cotidiana, constitui-se também como um dos nossos princípios centrais. Além disso, faz-se necessário um repensar constante de nossos cursos e suas ofertas no seguinte sentido: estamos atendendo as expectativas sociais? Temos demandas para os horários e turnos que estão sendo oferecidos? Qual a relevância dos cursos para a região nas quais estamos inseridos? Estes são elementos que se fazem necessários para a nossa consolidação.

4.2 Currículo

O currículo, nas diversas áreas dos cursos oferecidos, deve abranger conteúdos de formação humana geral e formação profissional específica, levando em consideração o disposto na LDB 9.394/96, as Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de graduação e a legislação educacional afim, pertinente à graduação e pós-graduação.

4.3 Planejamento

Compreende-se o planejamento num nível macro como organização da gestão institucional e, num nível micro, o da sala de aula, que será realizado pelos docentes, de acordo com o Projeto Pedagógico de Curso, expresso em seu Plano de Ensino.

4.4 Avaliação

A avaliação define-se como o momento de expressão da síntese relativo ao trabalho desenvolvido pelos professores e alunos para a apreensão de um novo conhecimento. Deve se manifestar envolvendo o processo de ensino e aprendizagem, levando em consideração as atividades desenvolvidas em sala de aula e/ou fora dela, de acordo com o plano de ensino docente. A avaliação necessita expressar a relação entre o cotidiano e o científico, o teórico e o prático, marcando uma nova relação com o conteúdo em relação ao que havia no início do processo e evidenciando um grau mais elevado de compreensão da realidade. O resultado da avaliação deve ainda contribuir para repensar as práticas pedagógicas desenvolvidas pelos docentes, subsidiando a melhoria dos cursos.

5. ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA

A UNESPAR está organizada no formato multicampi, compreendendo os campi de Apucarana, Campo Mourão, Curitiba I/Embap, Curitiba II/FAP, Paranaguá, Paranavaí e União da Vitória.

A maioria dos cursos de graduação possui autorização anual de abertura de 40 ou 50 vagas, resultando na criação de turmas únicas. Os cursos que possuem um quantitativo maior de vagas anuais autorizadas, 80 (oitenta), como os cursos de Administração, Ciências Contábeis, Ciências Econômicas, possuem uma divisão de turmas de 40 estudantes cada.

Desta forma, considerando as diferentes séries e números de alunos por turmas, a UNESPAR possui anualmente, aproximadamente 400 turmas, distribuídas em 67 cursos de graduação, conforme síntese apresentada na Tabela 1.

Campus	Cursos	Turmas	Séries/Períodos	Matrículas
Apucarana	12	67	4	1.963
Campo Mourão	10	53	5	1.834
Curitiba I	8	53	4	635
Curitiba II	8	69	4/8	1.133
Paranaguá	9	46	4	1.434
Paranavaí	11	64	4	2.117
União da Vitória	9	49	4	1.222
TOTAIS	67	401	-	10.338

Tabela 1 - Quantitativo de campus, cursos, turmas, séries e matrículas na Unespar em 2017

A maioria dos cursos possuem 4 séries ou 8 períodos de organização do currículo, com exceção do curso de Engenharia de Produção Agroindustrial com prazo de 5 séries (anos) para conclusão. A UNESPAR trabalha com o formato de hora/aula de cinquenta minutos e os turnos de funcionamentos abrangem os períodos manhã, tarde, noite e integral.

Com relação às disciplinas, a instituição oferece em suas matrizes curriculares três tipos, assim conceituadas:

- **Disciplinas Obrigatórias:** São disciplinas que estão computadas na carga horária total do curso, e que devem ser oferecidas para todos os estudantes, bem como cursadas por todos estes.
- **Disciplinas Optativas:** Também são disciplinas que estão computadas na carga horária obrigatória total do curso. Quando da exigência nas Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de graduação, estas disciplinas devem ser

ofertadas pelo próprio colegiado. Em caso de cursos em que esta exigência não ocorra, bem como daqueles que não possuem diretrizes próprias, ainda assim torna-se facultativo ao colegiado a oferta ou não destas disciplinas. As optativas representam uma oportunidade de aprofundamento e/ou direcionamento pelo estudante na área de estudo, devendo constar em um rol previamente definido no PPC do próprio curso do estudante, incluindo a carga horária da disciplina. Anualmente, em período anterior à renovação da matrícula pelo estudante, cada colegiado deve propor ao Centro de Área ao qual pertence as disciplinas optativas as quais pretende ofertar. Como tais disciplinas compõem a carga horária obrigatória total do curso, o colegiado, já no PPC, deve informar quantas disciplinas optativas deverão ser cursadas em cada período letivo.

- **Disciplinas Eletivas:** Também são disciplinas que estão computadas na carga horária obrigatória total do curso. De maneira similar às optativas, as disciplinas eletivas servem para o aprofundamento/direcionamento das áreas de interesse do estudante, porém, são de livre escolha deste, e não previamente elencadas pelos PPC's. Contudo, cada colegiado deve prever, em seu PPC, em quais séries ou períodos letivos da matriz curricular o estudante deverá cursá-las, bem como a carga horária destas disciplinas. Na escolha destas disciplinas, o estudante tem as seguintes opções: solicitar matrícula em outros cursos (do mesmo campus ou de outro), desde que a carga horária seja equivalente àquela estipulada na matriz curricular e destinada às eletivas; cursar uma disciplina optativa do seu curso ou de outro da instituição – neste caso, a disciplina optativa somente poderá ser aproveitada como eletiva desde que não seja computada em duplicidade (como eletiva e optativa). Em outras palavras, se o curso oferece disciplinas optativas, o aluno tem um rol de escolha, porém, terá um mínimo de disciplinas a serem escolhidas obrigatoriamente. Caso o estudante tenha disponibilidade em escolher outras disciplinas optativas, além da quantidade mínima exigida, ela poderá ser computada como eletiva.

Além dos três tipos de classificação das disciplinas que compõem o currículo mínimo do curso, o estudante poderá cursar disciplinas extracurriculares com o intuito de aprofundar conhecimentos específicos em áreas de interesse pessoal, desde que não implique em ônus ao erário da instituição. Nestes casos, a procura pela disciplina é de livre escolha do estudante, porém, os colegiados deverão fixar os

limites de contingenciamento de matrículas nas disciplinas, conforme disponibilidade e conveniência administrativas.

5.1 Políticas de Ingresso

A Unespar possui diferentes formas de ingresso nos cursos de graduação, conforme previstas por regulamentos institucionais específicas. Desde o ano de 2015, a Política de Ingresso na universidade passou a dividir o total destas vagas entre 50% para o Vestibular e 50% para o Sistema de Seleção Unificada (SiSU) que utiliza das notas do Exame Nacional dos Estudantes (ENEM), possibilitando uma ampliação da diversidade de estudantes que ingressam na Unespar. Contudo, por vários fatores, tem ocorrido uma diminuição a partir de 2010, na ocupação das novas vagas no ensino superior público paranaense, conforme Figura abaixo:

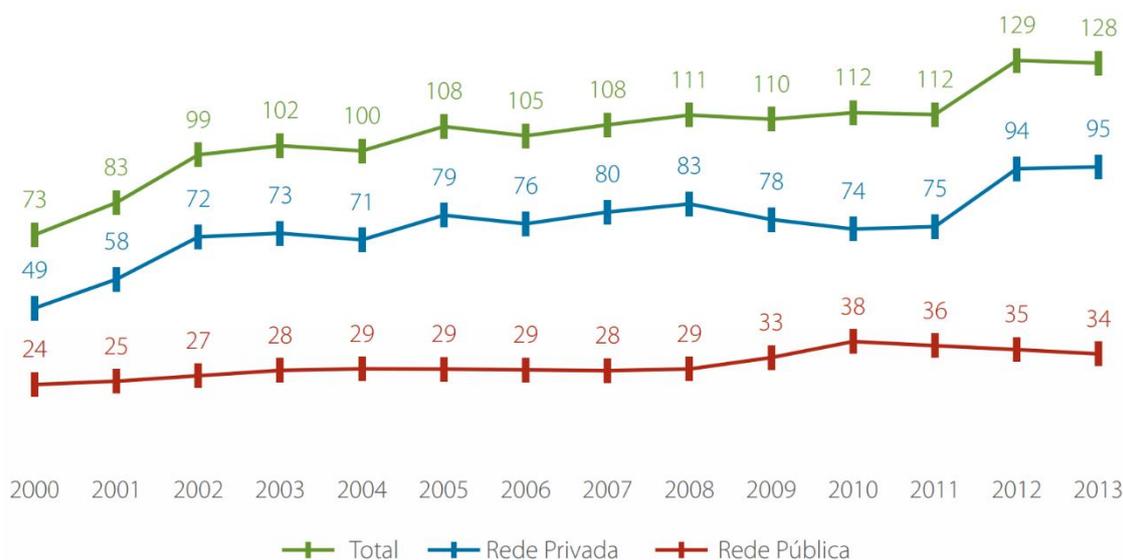


Figura 6 - Número de ingressantes em cursos presenciais no ensino superior paranaense entre 2000 e 2013 (em milhares)
Fonte: INEP (2015)

Com o objetivo de suprir vagas não ocupadas por meio do Vestibular e do SiSU, a partir de 2016, a Unespar passou a ofertar vagas pelo Processo Seletivo para Ocupação das Vagas Remanescentes (Provar), para o qual, os candidatos concorrem com a nota da redação, para até três opções de cursos. O processo ocorre em todos os campi da Unespar.

A partir de 2017 a Prograd passou a publicar também Edital unificando os processos de solicitação de pedidos para reingresso de trancados e desistentes, transferências internas e externas, bem como para portadores de diplomas de curso superior.

Além disto, a Unespar participa do Vestibular dos Povos Indígenas no Paraná, em conjunto com as demais universidades estaduais paranaenses, que disponibilizam um total de cinquenta e duas (52) vagas, das quais quarenta e duas (42) são destinadas aos integrantes das comunidades indígenas do Estado. Participando deste processo seletivo, a Unespar oferece anualmente seis (6) vagas.

Por se tratar de uma área de abrangência de cinco regiões do Estado do Paraná, possuindo dinâmicas e realidades sociais peculiares, a Unespar tem procurado se manter atenta as diferentes demandas de estudantes, no sentido de manter uma reflexão constante em suas políticas de ingresso, para a implantação de estratégias diversificadas para este processo. Para isso, algumas instâncias que discutem as políticas de ingresso foram implantadas, dentre elas, o grupo de trabalho sobre acesso, permanência e evasão de estudantes da Unespar.

5.2 Perfil do Ingressante

No ano de 2016 a Prograd implantou um formulário de coleta de dados junto à matrícula de estudantes ingressantes, possibilitando traçar um perfil dos estudantes. Em médio prazo, a universidade terá um perfil com características sociais, educacionais e econômicas mais preciso dos estudantes e o desenvolvimento das características ao longo do curso de graduação.

A partir da unificação do processo de matrícula de ingressantes, utilizando-se de um formulário único de coleta de dados, foi possível implantar um questionário social, econômico e educacional para aproximadamente 90% dos estudantes ingressantes nos anos de 2016 e 2017. O intuito deste questionário, inserido no formulário de matrícula, é reunir informações precisas sobre as características dos ingressantes, buscando um comparativo com o perfil do egresso dos cursos.

Os dados tem evidenciado que o perfil dos ingressantes na Unespar é caracterizado na grande maioria por mulheres (60%), por pessoas solteiras (88%) que não possuem filhos (85%). As pessoas que se declararam brancos alcançam um valor aproximado de 70%, os pardos correspondem a 25%, os negros apenas 3,5% e pessoas que declararam amarelos correspondem a 1,5%. Com relação à faixa etária, a grande maioria encontra-se com idade entre 16 e 21 anos (63%), sendo que os nascidos no Paraná correspondem em média 80%.

A renda familiar dos estudantes está entre (01) um e (04) quatro salários mínimos, faixa que representa (81%) dos estudantes, sendo que, aproximadamente 61% deles

não contribuem com a mesma, visto que não exercem, até o momento da matrícula, nenhuma atividade remunerada. A maioria dos estudantes é de escolas regulares (93%) e do turno diurno (70%).

5.3 Unificação do Sistema Acadêmico

A partir do ano de 2012, as antigas faculdades que hoje compõem os campi de Apucarana, Curitiba I, Curitiba II, Paranaguá e Paranaíba passaram a utilizar o Sistema de Gestão do Ensino Superior (SIGES), possibilitando a unificação dos registros acadêmicos dos estudantes em ambiente virtual, dando maior agilidade na geração de informações para estes campi.

Nos anos de 2015 e 2016, o campus de Campo Mourão e o campus de União da Vitória passaram, respectivamente, a utilizar o SIGES de maneira gradativa sendo que em 2017, 100% dos estudantes matriculados já estavam inseridos na base de dados deste sistema.

A unificação dos dados é importante para o processamento de diversos tipos de informações institucionais, bem como possibilita a padronização nos processos de matrículas e rematrículas, estudos sobre ingresso, permanência e evasão estudantil, bem como a parametrização de todo o processo de registros acadêmicos e geração de informações sobre os estudantes, conforme Figura abaixo:

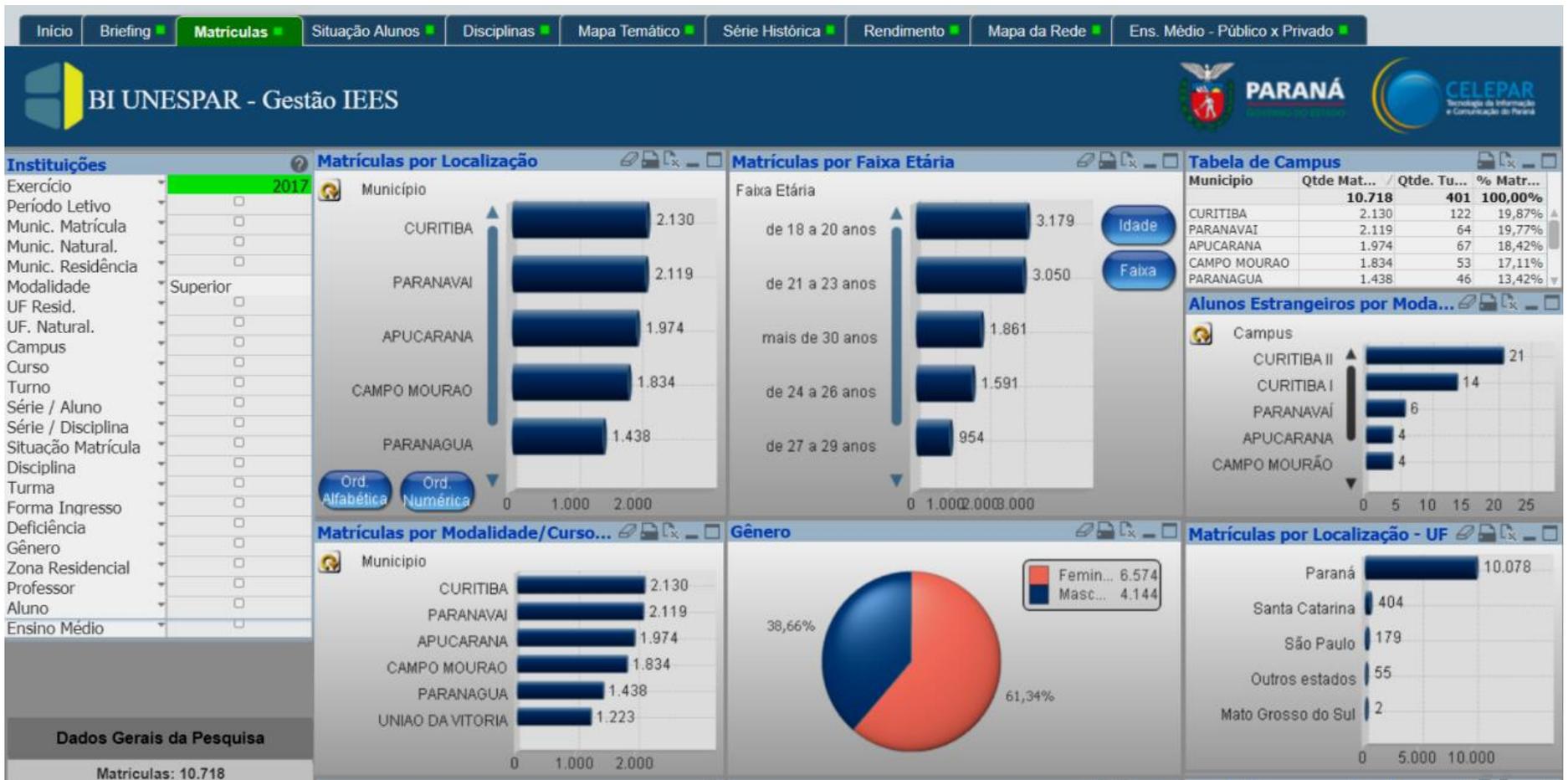


Figura 7 - Visão geral da plataforma de relatórios do Sistema de Gestão do Ensino Superior – SIGES

A unificação dos registros acadêmicos possibilitou o gerenciamento de maneira mais precisa e rápida de informações para a administração superior e intermediária da universidade, além de dar transparência para os dados institucionais.

Em decorrência deste trabalho, a Prograd passou a publicar uma Base de Dados com diversos relatórios referentes aos estudantes, tais como o Perfil do Ingressante que apresenta os dados sociais, econômicos e educacionais destes, coletados no formulário de matrícula online.

Os relatórios de estudantes desistentes apresentam uma relação quantitativa, por campus, curso, turno e grau acadêmico das vagas que se tornam ociosas em determinado ano letivo, resultado do abandono acadêmico, do cancelamento, falecimento entre outros.

O relatório de matrícula de ingressantes, conta com o quadro geral de vagas ofertadas anualmente pelo MEC e ocupação das mesmas, bem como a quantidade de inscritos e concorrência por processos seletivos (SiSU e Vestibular) e vagas remanescentes ofertadas pelo Provar.

Outra ferramenta é o relatório de rendimento, composto pela relação de aprovações, reprovações e progressões parciais, conforme as regras institucionais de rendimento, sendo detalhadas por *campus*, centro de área, curso e série. A partir desse relatório, é possível identificar as vagas ociosas de anos anteriores, que serão ofertadas naquele ano, que são oriundas de desistências, cancelamentos, transferências, etc. ou que nunca foram ocupadas.

5.4 Nome Social

O nome social é o modo como uma pessoa é reconhecida, identificada e denominada na comunidade e no meio social em que está inserido. De um modo geral, ele é utilizado para substituir o nome nos documentos oficiais que não refletem sua identidade de gênero.

Os estudantes da Universidade Estadual do Paraná (Unespar) podem solicitar o uso do nome social nos registros acadêmicos. A medida é um direito que está garantido por meio da Resolução nº. 001/2016 assinada e publicada em 28 de fevereiro de 2016 pela reitoria da Unespar.

O nome social é exibido em documentos de uso interno, como diários de classe, fichas e cadastros, formulários, listas de presença, divulgação de notas e resultados de editais, tanto os impressos quanto os emitidos eletronicamente pelo sistema oficial

de registros e controle acadêmico, podendo ser solicitado a qualquer tempo durante a manutenção do vínculo com a universidade. Para menores de 18 anos, o pedido de inclusão precisa de uma autorização, por escrito, dos pais ou responsáveis legais. Em 2017, a Comissão Central do Concurso Vestibular CCCV-UNESPAR também implantou no sistema de inscrição dos candidatos a possibilidade de utilizar o nome social.

A resolução também prevê a possibilidade de conceder o direito ao uso do nome social a estudantes que não se enquadrem na questão de identidade de gênero, mas que possuam nome oficial que os exponham a constrangimento. Nesse caso, o nome social difere do nome oficial apenas no prenome, exceto quando a razão que motivou a concessão do direito de uso do nome social for relacionada a sobrenomes.

5.5 Página dos Estudantes

No início do ano letivo de 2017, com o intuito de dar publicidade às informações concernentes aos estudantes e facilitar a consulta dos mesmos às questões relativas ao Ensino de Graduação, a Diretoria de Registros Acadêmicos (DRA) da Pró-reitoria de Ensino de Graduação criou a página do Estudante, a qual está disponível no site da Universidade, através do endereço eletrônico:

<http://www.unespar.edu.br/estudantes>

Na página, os estudantes podem consultar as matrizes curriculares dos 67 cursos de Graduação da Unespar, a composição do currículo de cada Curso, o calendário acadêmico de cada campus, horários de aulas, bem como a explicação sucinta sobre: avaliação de rendimento; exercícios domiciliares; aproveitamento de estudos; exame de suficiência; transferências e normas gerais.

Em relação aos sistemas de ingresso, os estudantes podem consultar os editais, além de outros documentos relativos ao Vestibular, Sistema de Seleção Unificada - SISU/ENEM e Processo Seletivo para Vagas Ociosas (PROVAR).

Através da página, os estudantes podem acessar os sistemas: SIGES, onde são realizadas as consultas de boletins de notas e frequências, históricos escolares, realizadas solicitações de serviços aos diversos setores do seu campus; o sistema de

Emissão de Certificados, pelo qual o estudante poderá emitir seu certificado sempre que necessário. Poderá, ainda, acessar o programa Idioma sem Fronteiras e acessar também o Portal de Periódicos da CAPES. Pela página é possível fazer solicitação à Ouvidoria da Universidade, clicando no banner: fale com o Ouvidor.

Os estudantes encontram informações referentes ao Centro de Educação em Direitos Humanos (CEDH), Escritório de Relações Internacionais (ERI) e demais programas institucionais e com fomento externo, dos quais a Universidade participa, como por exemplo Programa de Iniciação a Docência (PIBID); encontram também as documentações referentes aos estágios; informações relacionadas à Pesquisa Científica, através da Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PRPPG); informações referentes a Assuntos Estudantis e projetos de extensão e cultura organizado por meio da Pró-reitoria de Extensão e Cultura (PROEC).

Os Estudantes podem visualizar através do Fale Conosco os contatos de todos os Diretores de campus, Diretores de Centros de Áreas dos campi, Coordenadores dos Cursos de Graduação e Secretarias Acadêmicas. Encontram também os formulários necessários para efetivação do trancamento e cancelamento de matrícula, equivalência de disciplinas, entre outros, além de poder visualizar a localização de cada campus e encontrar dicas para moradias.

6. PLANO PARA ATENDIMENTO ÀS DIRETRIZES PEDAGÓGICAS

6.1 Inovações Consideradas Significativas, Flexibilidade dos Componentes Curriculares e Oportunidades Diferenciadas de Integralização dos Cursos

A Unespar, enquanto instituição multicampi, organiza-se respeitando a cultura local e inserção regional de seus campi, mas também trabalha no sentido de padronização de alguns procedimentos, os quais se baseiam, sobretudo, em experiências significativas que possam ser compartilhadas entre os mesmos. Desta forma, existem aprovado pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE), a Resolução nº. 021/2016 que “Aprova o Regulamento de Aproveitamento de Estudos e de Equivalência de Disciplinas nos cursos de graduação da Universidade Estadual do Paraná – Unespar” e a Resolução nº. 022/2017, que “Aprova o Regulamento do Extraordinário Aproveitamento de Estudos em Disciplinas nos cursos de graduação da Universidade Estadual do Paraná – Unespar”, que possibilita aos estudantes a solicitação do Exame de Suficiência para pleitear o extraordinário aproveitamento de estudos para fins de dispensa de disciplina.

A flexibilização dos cursos da Unespar se apresenta em diferentes perspectivas, mas, sobretudo, num repensar da rigidez e isolamento das matrizes curriculares. Nesse sentido, destacamos o trabalho de reformulação dos PPC's, que se encontra em fase de execução através do Programa de Reestruturação dos Cursos de Graduação da Unespar, cujo objetivo é “Propiciar as condições teóricas e materiais para a articulação da comunidade acadêmica no sentido de reestruturar os cursos no nível de graduação da Unespar, a fim de assegurar possibilidade de mobilidade e ampla formação estudantil, ampliando o acesso e a permanência na educação superior, melhorando a qualidade dos cursos e assegurando o melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes, respeitadas as peculiaridades e diversidades de cada campus.”

Este repensar possibilita aos cursos a redução dos pré-requisitos em cada uma das componentes curriculares, bem como a oferta de disciplinas optativas e eletivas, que podem ser realizadas pelo acadêmico, sobretudo nos cursos alocados no mesmo Centro de Área, mas também em outros cursos do campus e da Universidade,

quando possível, tendo em vista questões de deslocamento geográfico, econômicos, etc.

Destacamos, a seguir, as ações já adotadas rumo à flexibilização de nossos componentes curriculares e possibilidades diferenciadas de integralização curricular:

- Possibilitação da oferta de disciplinas semestrais e anuais, desde que no regime seriado anual;
- Esclarecimentos em nível institucional acerca dos conceitos de Disciplinas Obrigatórias, Optativas, Eletivas e Extracurriculares. Com isso, diferentes campi passaram a adotar nomenclaturas iguais para os mesmos tipos de disciplinas. Dentro do Programa de Reestruturação dos Cursos de Graduação da Unespar, foi primado pela ampliação e diversificação de disciplinas Optativas e Eletivas previstas nos currículos, visando uma melhor qualidade na formação discente, bem como o aspecto interdisciplinar em tais disciplinas;
- Concentração de disciplinas para o favorecimento da saída de acadêmicos para a realização de estágios curriculares, nos casos de cursos em que essa atividade ocorre em distâncias geográficas maiores com relação ao campus;
- Reconfiguração das atividades contempladas nos regulamentos de Atividades Complementares de cada curso, valorizando diferentes aspectos e a indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa, a extensão e a cultura. Destacamos, nesse item, a possibilidade do cumprimento da Curricularização da Extensão em alguns de nossos cursos, com a ampliação de projetos com esse caráter, dos quais destacamos: Programa de Bolsa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência, Universidade Sem Fronteiras, projetos vinculados aos diversos laboratórios de ensino e pesquisa, projetos envolvendo professores da Educação Básica, do Ensino Superior e acadêmicos em formação inicial etc.);
- Priorização do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) como possibilidade de iniciação à pesquisa, à extensão e ao ensino, configurando o mesmo como um instrumento de valorização das diferentes possibilidades de abordagens pelo discente;
- Aproximação entre cursos afins, nos diferentes campi, em suas matrizes curriculares, com vistas a permitir um possível intercâmbio entre discentes;
- Aproximação entre ementas afins, nos diferentes cursos de um mesmo campus, permitindo também o intercâmbio discente;

- Diminuição nas exigências de pré-requisitos em disciplinas, visando à antecipação curricular para os casos de alunos que cursam dependência em componentes curriculares;
- Flexibilização no planejamento dos horários das disciplinas, priorizando que os alunos com dependência possam cursar o maior número possível das mesmas; Outras ações já vêm sendo viabilizadas, ainda no sentido de promover uma maior flexibilização dos nossos currículos, das quais destacamos:
 - Regulamentar e viabilizar a Curricularização da Extensão na Unespar para o ano de 2018, com a ampliação de projetos com essa característica;
 - Implantar salas de videoconferência nos campi, possibilitando que disciplinas sejam ministradas para acadêmicos de outros campi;
 - Solicitar ajustes técnicos no sistema SIGES para facilitar políticas de flexibilização curricular e de integralização dos cursos, contando, inclusive com o aproveitamento automático de disciplinas com ementas similares ou idênticas;
 - Rediscutir a possibilidade de um número maior de cursos com seriação anual e disciplinas semestrais, priorizando a qualidade da permanência estudantil;
 - Promover o debate em nível institucional acerca da possibilidade de oferta de cursos seriados semestrais;
 - Permitir que disciplinas que necessitem de uma organização curricular diferenciada tenham a possibilidade de fechamento das notas bimestrais/semestrais também diferenciados;
 - Implantação de cursos de segunda graduação;
 - Implantação de cursos de formação pedagógica para graduados bacharéis;
 - Organização de disciplinas comuns nas licenciaturas, com temáticas de conhecimento geral, promovendo que estudantes de diferentes cursos comunguem das mesmas discussões.

Outra questão que vem sendo fomentada na instituição é a flexibilização das matrizes curriculares, bem como a possibilidade de oferecimento de disciplinas semipresenciais, baseada na Portaria no 1.134, publicada em 10 de outubro de 2016 pelo Ministério da Educação, que autorizou a proposta de disciplinas na modalidade à distância para todos os cursos de graduação, baseando-se na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei no 9394/1996. Para os cursos de graduação aprovados na modalidade presencial, esta autorização limitou-se em, até, 20% do total da carga horária de cada curso.

O Art. 2º da Portaria n.º 1.134 caracteriza que a oferta desse tipo de disciplina pode ocorrer desde que inclua [...] métodos e práticas de ensino-aprendizagem que incorporem o uso integrado de tecnologias de informação e comunicação para a realização dos objetivos pedagógicos, bem como prever encontros presenciais e atividades de tutoria. Dentre os destaques a serem considerados no referido documento, temos:

- As disciplinas na modalidade à distância poderão ser ofertadas integral ou parcialmente na modalidade à distância, já que o limite de 20% para esta modalidade não é calculado por disciplina, mas dentro da carga horária total do curso;
- As avaliações de aprendizagem devem ocorrer presencialmente;
- A proposta de disciplinas na modalidade a distância não desobriga os cursos de graduação de cumprirem o calendário anual mínimo de 200 dias letivos, conforme apregoado pela Lei no 9394/1996;
- A opção pela modalidade a distância deve ser regulamentada pelos Projetos Pedagógicos dos Cursos e contempladas nos Planos de Ensino da disciplina.

A oferta de disciplinas a distância aparece-nos como uma alternativa diante da impossibilidade da realização dos cursos de graduação (especialmente os de licenciatura) com duração de quatro anos em um único período (matutino, vespertino ou noturno), desde que pensada no sentido de garantir o funcionamento e a boa qualidade das discussões realizadas nas disciplinas.

6.2 Atividades Práticas de Estágio

No ano de 2002, por meio da Resolução no 02/CNE/CP, foi cunhada, de maneira explícita, pela primeira vez em um documento legal em nosso país a expressão “prática como componente curricular”. De acordo com Diniz-Pereira (2011), houve a necessidade de se corrigir equívocos interpretacionais acerca do termo “prática de ensino”, utilizado no Art. 65 da Lei n.9394/1996, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN). Esse movimento de aperfeiçoamento do que se pretendia desde a LDBEN com a denominada “prática de ensino” passou pelo Parecer CES 744/97, o qual fixava orientações para o cumprimento do Art.65 da LDBEN e incluía a obrigatoriedade de 300 horas mínimas nos currículos, bem como pelo Parecer CNE/CP 115/99, com a concepção do termo e sua função de “articulador do processo de formação dos professores” (DINIZ-PEREIRA, 2011).

Para Diniz-Pereira, “a principal intenção com a adoção dessa expressão [prática como componente curricular] foi esclarecer a diferença, na lei, entre “prática de

ensino” e “estágio curricular supervisionado”, além de reforçar o princípio da articulação teoria e prática na formação de professores” (DINIZ-PEREIRA, 2011, p.205). Com o presente texto, buscaremos apresentar como se dá o entendimento, pela UNESPAR, dos termos “atividades práticas” e “estágios”. Adiantamos que tais termos serão discutidos aqui de maneira mais ampla, por entendermos que “atividades práticas” não se limitam às “práticas como componentes curriculares”, mas as contemplam. Além do mais, consideramos a necessidade de ampliar o termo, já que estaremos aqui apresentando atividades desenvolvidas tanto por cursos de Licenciatura quanto de Bacharelado. O mesmo ocorre com o termo “estágios”, o qual deve considerar tanto os do tipo obrigatório como os não obrigatórios.

6.2.1 Atividades Práticas

A palavra “prática” deriva do termo grego “praktikós”, o qual faz menção ao ato de agir, realizar etc. Para Menegotto e Becker (2013), trata-se da “[...] ação do homem sobre as coisas” (p.113). Entendemos que o “agir sobre as coisas”, nos cursos de graduação, deve garantir a aproximação entre as teorias discutidas em formação inicial com as práticas profissionais futuras, aproximando-nos ao conceito denominado de “práxis”, ou seja, não se trata de uma prática isolada, mas de uma ação refletida.

No que concerne às diretrizes curriculares para os cursos de bacharelado, não há uma exigência comum a todos os cursos para o cumprimento mínimo de carga horária para atividades práticas, como ocorre nas licenciaturas. Nesse sentido, utilizaremos aqui a compreensão trazida pela Resolução CNE/CP n.01, de 18 de fevereiro de 2002 (Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena), buscando uma aproximação entre um entendimento mais amplo, que abarque tanto as licenciaturas quanto os bacharelados. Segundo o referido documento (BRASIL, 2002), em seu Art.13:

Art. 13. Em tempo e espaço curricular específico, a coordenação da dimensão prática transcenderá o estágio e terá como finalidade promover a articulação das diferentes práticas, numa perspectiva interdisciplinar.

§ 1º A prática será desenvolvida com ênfase nos procedimentos de observação e reflexão, visando à atuação em situações contextualizadas, com o registro dessas observações realizadas e a resolução de situações-problema.

No Art. 13 da Resolução n.01, notamos o destaque para a necessidade de que os cursos garantam um espaço em seus currículos, ou seja, não podemos esperar que tais práticas ocorram conforme a autonomia metodológica do professor, mas, mais do que isso, garanti-la nos Projetos Pedagógicos dos Cursos. Ademais, o fato de que se priorizem situações contextualizadas faz surgir, conseqüentemente, a necessidade de um tratamento interdisciplinar nessas atividades práticas.

No que tange especificamente aos cursos de Licenciatura, a Resolução n.02/2015 (BRASIL, 2015), em seu Art. 13, inciso I, determina que tais cursos cumpram com seus currículos o mínimo de 400 horas de práticas como componentes curriculares, numa tentativa de garantir o que a Resolução n.01/2002 já defendia (um espaço nos currículos para as denominadas práticas).

A Unespar vem garantindo a exigência das 400 horas de práticas como componentes curriculares em seus cursos de licenciatura, o que também já ocorria em período anterior, nas faculdades isoladas responsáveis pela formação dessa instituição. Porém, para além da garantia quantitativa, a preocupação será sempre a de repensar a qualidade com que as práticas estão sendo pensadas em nossas licenciaturas. Considerando que a maioria dos cursos de nossa instituição é voltada para a formação de professores (num total de 37), vemos um grande potencial de diálogo entre diferentes áreas, mas com objetivos comuns, o que permite um debate interno acerca do papel do professor na contemporaneidade. Nesse sentido, cabe destacar o projeto de criação pela Unespar, em 2018, por meio da Pró-Reitoria de

Ensino de Graduação, do Fórum das Licenciaturas, instância na qual será discutido, dentre outros diversos aspectos, o papel da prática na formação inicial de nossos licenciandos.

Com relação aos nossos cursos de formação de bacharéis, ainda que não haja a exigência legal das práticas entendidas como componentes curriculares, a UNESPAR acompanha continuamente seus cursos de bacharelado, indicando a necessidade de se atentar para uma formação voltada para a realidade do mundo do trabalho e, conseqüentemente, que permita situações formativas que transcendam a discussão teórica, aproximando-se de um contexto interdisciplinar desejado.

Entendemos que não se deve aguardar apenas o momento dos estágios, que ocorrem em etapa final de formação. Para além disso, as disciplinas devem promover situações práticas, as quais são valorizadas tanto nas salas de aula da instituição quanto em atividades de campo. Para além das disciplinas que compõem a matriz

curricular dos cursos de bacharelado, há também o incentivo de que os regulamentos de atividades complementares privilegiem e garantam atividades práticas na formação dos bacharéis.

6.2.2 O Estágio

De acordo com a Lei n.º 11.788, de 25 de setembro de 2008, em seu Art. 1º: “Estágio é ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo de educandos que estejam frequentando o ensino regular em instituições de educação superior [...]”. No parágrafo segundo do mesmo artigo da Lei, temos que “o estágio visa ao aprendizado de competências próprias da atividade profissional e à contextualização curricular, objetivando o desenvolvimento do educando para a vida cidadã e para o trabalho” (BRASIL, 2008). A chamada Lei do Estágio define ainda que os estágios podem se dar de duas formas: obrigatório (já contemplado nos projetos pedagógicos dos cursos e exigido para a obtenção do diploma) e não obrigatório (entendido como atividade opcional e que deve ser acrescido na carga horária regular e obrigatória).

A UNESPAR aprovou, por meio da Resolução n.º 010/2015, o seu Regulamento Geral dos Estágios Obrigatórios e Não Obrigatórios dos Cursos de Graduação. Tal regulamento passou por reformulação no ano de 2017, com vistas a aprimorar essa atividade de acordo com as especificidades de seus cursos, permitindo uma melhor funcionalidade das atividades. Em seu Art. 2º, temos que “O estágio, atividade essencial na formação profissional e humana do estudante universitário, tem por objetivo propiciar o exercício do aprendizado profissional, comprometido com a realidade sócio-político-econômica do país”.

O cumprimento da referida Lei do Estágio é acompanhado pela Unespar tanto no que tange aos estágios obrigatórios, quanto aos não obrigatórios. Para os primeiros, todos os cursos devem incluir em seus projetos pedagógicos um regulamento próprio, o qual precisa se pautar no Regulamento Geral de Estágio da Unespar. No caso das licenciaturas, no que concerne à carga horária, essas apresentam em sua matriz curricular um mínimo de 400 horas de estágio obrigatório, de acordo com a Resolução n.º 02/2015 (BRASIL, 2015). Já os bacharelados são pautados pela Resolução n.º 02/2007 (BRASIL, 2007), na qual temos a exigência de que, para tais cursos, a soma da carga horária de estágio obrigatório com atividades complementares não deve ser superior a 20% da carga horária total do curso.

6.2.3 Repensar continuamente as atividades práticas e de estágio

Para além dos destaques já feitos aqui quanto à importância das atividades práticas, sejam elas caracterizadas como estágio ou não, há que se considerar o fato de que essas atividades se apresentam como um instrumento em potencial a serviço do movimento de repensar continuamente nossos cursos, de bacharelado ou de licenciatura. Em outras palavras, quando nossos estudantes são colocados em situações práticas, fora dos limites das salas de aula, conseqüentemente, nossas atividades formativas também são colocadas em avaliação. Esse caráter bilateral será perseguido pela UNESPAR: a formação inicial deve considerar o mundo do trabalho e esse deve refletir em nossos projetos pedagógicos de cursos.

Nesse sentido, cabe mencionarmos o Programa de Reestruturação dos Cursos de Graduação da UNESPAR, iniciado em 2015 e cuja primeira fase de proposição de novas matrizes curriculares finalizou em 2017, o qual visou contribuir para a consolidação de seu projeto universitário público, por meio do estabelecimento de uma política institucional voltada ao fortalecimento, qualificação e articulação de seus cursos de Graduação. Durante as discussões promovidas pelo Programa de Reestruturação, houve o incentivo de que a comunidade acadêmica, em conjunto com representantes externos, debatessem acerca dos diversos aspectos que permeiam a organização dos cursos de graduação, em especial nossos estágios e atividades práticas.

Para os próximos anos, assumimos o compromisso de permanecer em constante debate acerca de nossos cursos, o que será permitido pela organização dos fóruns das licenciaturas e dos bacharelados. Com isso, intentamos criar um diálogo que privilegie a apresentação de práticas bem sucedidas em cursos afins, alocados na mesma instituição, aproximando-nos cada vez mais de uma convergência desejável, ainda que haja a necessidade de se respeitar as características regionais de cada um de nossos campi. Outra instância que também trará contribuições nesse sentido, especificamente para as licenciaturas, será o Programa Institucional de Formação de Professores para a Educação Básica na UNESPAR, já em fase de implantação no presente ano. Com essas, dentre outras ações, admitimos a potencialidade de atividades como as práticas e os estágios, no sentido de que a UNESPAR esteja em consonância com questões sociais contemporâneas.

6.3 Desenvolvimento de materiais pedagógicos

O desenvolvimento de materiais pedagógicos deve ser encarado como uma atividade de fundamental importância, no sentido da possibilidade de se atrelar tal desenvolvimento com atividades práticas, de estágio, de extensão, de pesquisa, de formação inicial e continuada etc. Nesse sentido, a Unespar reconhece a importância desse aspecto. Seguem algumas das práticas já desenvolvidas pelos nossos cursos:

- Elaboração de manuais pedagógicos acerca do uso de materiais didáticos disponíveis nos laboratórios de ensino;
- Elaboração de manuais pedagógicos acerca do uso de materiais didáticos vinculados aos programas das disciplinas de metodologia de ensino;
- Edição de revistas voltadas para o campo da Educação, as quais servem de mecanismo de divulgação de práticas pedagógicas;
- Elaboração de relatórios de inventariação turística pelos discentes do Curso de Turismo e Meio Ambiente;
- Impressão de materiais em 3D para o ensino de Matemática, por meio do Laboratório de Ensino de Matemática do Campus de Campo Mourão;
- Realização de oficinas pelos cursos de Pedagogia para a elaboração de materiais pedagógicos para a Educação Infantil e Ensino Fundamental I, envolvendo acadêmicos da formação inicial e professores em formação continuada;
- Criação de materiais pedagógicos vinculados aos subprojetos do PIBID e para aproveitamento em laboratórios itinerantes;
- No que tange ao desenvolvimento de materiais pedagógicos nos cursos da Unespar, entendemos a necessidade de avançar nos seguintes aspectos:
- Apoiar o trabalho de edição de manuais pedagógicos e revistas por meio de uma editoria central da Unespar;
- Adquirir impressoras com tecnologia 3D e insumos para a confecção de materiais didático-pedagógicos para os cursos de graduação;
- Instituir os laboratórios da Unespar como uma possibilidade de espaço para a produção de materiais pedagógicos envolvendo diretamente os acadêmicos;
- Ampliar o número de cursos de graduação envolvidos com a produção de materiais pedagógicos, considerando essa atividade em seu caráter formativo;
- Melhorar e ampliar as estruturas necessárias para a produção de materiais pedagógicos digitais (softwares, aplicativos, jogos etc.);

- Ampliar o número de espaços físicos destinados às atividades de criação e produção de materiais pedagógicos pelos cursos.

6.4 Incorporações de avanços tecnológicos

Considerando que a Unespar se configura como uma universidade multicampi, o uso de tecnologias se faz primordial, no sentido de aproximar práticas desenvolvidas em seus diferentes campi, permitindo o diálogo entre os seus cursos. Além disso, há que se considerar que, enquanto uma universidade que oferta diversos cursos de licenciatura, tal formação não apenas deve sugerir o uso das tecnologias, mas, sobretudo, inserir tais tecnologias em suas próprias práticas docentes de formação inicial. Elencamos a seguir as principais incorporações de avanços tecnológicos dos cursos de graduação da Unespar já realizadas:

- Uso de softwares educacionais voltados para as especificidades dos cursos de graduação da Unespar;
- Desenvolvimento de projetos de pesquisa e extensão, com o envolvimento de docentes e discentes, voltados para a incorporação de avanços e inovações tecnológicas;
- Uso de Ambientes Virtuais de Aprendizagem, como o WebQuest;
- Uso de plataformas digitais em disciplinas que ocorrem na modalidade semipresencial, com destaque para o Moodle;
- Lousa Digital no Campus de União da Vitória, utilizada em atividades de formação inicial e continuada de professores;
- Acesso ao Portal de Periódicos Capes e informatização do sistema de bibliotecas da Unespar;
- Estúdios de Música e de Filmagem e seus respectivos equipamentos;
- Homepage dos cursos de graduação para a divulgação de práticas pedagógicas e informações acadêmicas para a comunidade;
- Acervos digitais de documentações históricas, utilizados como fonte de ensino e pesquisa nos cursos de História;
- Equipamentos educativos tecnológicos para o atendimento de estudantes com necessidades especiais;
- Disciplinas obrigatórias e optativas nos cursos de graduação destinadas à exploração de tecnologias no ensino;

- Laboratório Interdisciplinar de Formação de Educadores (LIFE), o qual prioriza inovações tecnológicas;
- Observatório Astronômico.

Quanto aos avanços necessários, destacamos:

- Ampliar a aquisição de softwares educacionais para uso das diferentes disciplinas dos cursos de graduação da Unespar;
- Promover a oferta de cursos online para as diferentes formações iniciais e continuadas da Unespar;
- Aquisição de *tablets* e *notebooks* para uso em aulas de campo e viagens técnico-pedagógicas;
- Aumentar o número de técnicos laboratoristas para o auxílio aos docentes em atividades com o uso de inovações tecnológicas;
- Viabilizar a formação docente para o uso de plataformas digitais em disciplinas na modalidade semipresencial;
- Aquisição de materiais tecnológicos para apoio aos cursos de graduação;
- Instalar aparelhos Data Show fixos nas salas de aula, como uma possibilidade de incorporação e uso de avanços tecnológicos nas aulas;
- Adquirir lousas digitais por campus para uso nos cursos de graduação;
- Melhorar as condições de armazenamento digital de acervos históricos, utilizados como instrumento de pesquisa e ensino;
- Ampliar o número de laboratórios de informática a serem utilizados nas aulas da graduação;
- Adquirir novos equipamentos voltados para o atendimento de estudantes com necessidades educativas especiais;
- Durante as renovações dos Projetos Pedagógicos dos Cursos, priorizar a inserção de disciplinas que articulem as tecnologias com o ensino das diferentes disciplinas;
- Melhorar a qualidade da internet em todos os campi da Unespar.

6.5 A Educação em Direitos Humanos e o Atendimento Educacional Especializado

A Unespar tem consolidado em sua estruturação a promoção de valores democráticos e de respeito à diversidade humana, alinhada com marcos legais como

a Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei n.9.394/96) e o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos.

No que se refere à acessibilidade de pessoas com necessidades educacionais especiais, a Unespar atua para atender as demandas de uma visão multidimensional de acessibilidade, entendida como um caminho de autonomia para todas as pessoas, em especial, àquelas que precisam de políticas de inclusão. Essa demanda pressupõe o encontro de soluções para os desafios inerentes aos aspectos multifacetados e interdisciplinares envolvidos nesse processo, os quais incluem o trabalho colaborativo de áreas e saberes distintos, bem como ações que contemplem as dimensões da acessibilidade arquitetônica, metodológica, pedagógica e atitudinal de modo transversal ao âmbito do ensino, pesquisa e extensão.

Considerando o conceito de acessibilidade adotado, a Unespar criou o Centro de Educação em Direitos Humanos (CEDH), por meio da Resolução n.º 007/2016, de 01 de agosto de 2016 - Reitoria, vinculado à PROGRAD, com o objetivo de desenvolver ações afirmativas que possibilitem o acesso, a inclusão e a permanência de todas as pessoas que necessitam de políticas dessa natureza, por serem alvo de discriminação por motivo de deficiência (física neuromotora, intelectual e/ou sensorial), transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades/superdotação, por motivo étnico-racial, religioso, cultural, territorial, geracional, de gênero, de orientação sexual, dentre outros fatores de ordem física ou emocional, permanentes ou temporários, que dificultem o desenvolvimento educacional e social dessas pessoas em iguais condições com as demais.

A diversidade e capilaridade de ações inerentes ao caráter *multicampi* da Unespar foi assumida pelo CEDH como um potencial de trabalho. Dessa forma, foi criada uma rede integrada de centros locais nos seus sete *campi*, constituída por núcleos de ações específicas, a saber: Núcleos de Educação Especial Inclusiva (NESPI), Núcleos de Educação para Relações Ético-Raciais (NERA) e Núcleos de Educação para Relações de Gênero (NERG), com 35 profissionais que compõem os comitês gestores das equipes multidisciplinares nas unidades CEDH dos *campi*.

A característica de trabalho em rede preserva as especificidades dos *campi* em seus contextos de atuação, ao mesmo tempo em que possibilita o desenvolvimento de procedimentos institucionais comuns para facilitar o acesso e inclusão institucional de grupos vulneráveis, possibilitando o atendimento às diretrizes do Estatuto e Regimento Geral da Unespar e a orientação estadual e nacional quanto ao aprimoramento de políticas públicas inclusivas para o setor de Educação Superior.

6.5.1 Ações de identificação e acesso ao atendimento especializado

Com relação aos dados de identificação dos grupos vulneráveis, o CEDH está promovendo a atualização da nomenclatura utilizada para registro dos dados de identificação dos candidatos ao vestibular e dos acadêmicos já matriculados; elaborou protocolos para o registro de atendimentos aos estudantes pertencentes a grupos vulneráveis nos CEDH's e Núcleos NESPI, NERA e NERG em todos os *campi* e desenvolveu um cadastro padrão completo para que o NESPI de cada *campus* identifique estudantes público alvo da Educação Especial. As ações geram melhor controle de dados e planejamento para o atendimento das necessidades dos estudantes, bem como, possibilitam a organização institucional por meio de padronização de procedimentos entre os *campi* da Unespar.

Sobre o acesso ao apoio e formalização de denúncias, o CEDH tem promovido campanhas de divulgação deste centro como um local de apoio à comunidade acadêmica e tem elaborado vídeos com informações institucionais em Libras. Realizou campanhas educativas de combate à violência de gênero, racismo e preconceito contra pessoas com deficiências nos sete *campi* da Unespar, com divulgação de contatos para a obtenção de apoio institucional e denúncia contra a violação de direitos humanos na estrutura institucional, além da divulgação da ouvidoria da Unespar como um espaço de denúncia formal (identificada, sigilosa e/ou anônima) em casos de violação de direitos humanos.

A instituição possui informações sobre os CEDH's locais e seus Núcleos em link próprio em sua página e foram criadas e divulgadas as páginas de redes sociais para a socialização de ações, bem como criou o símbolo do CEDH em Libras. Essas ações possibilitam maior eficiência na divulgação dos mecanismos de apoio institucional que resultam em importante acolhimento e apoio aos acadêmicos nas áreas dos três núcleos, o que impactou no aumento de denúncias de violação de direitos humanos na ouvidoria da Unespar.

Há também a formação de Redes de Relacionamento Interinstitucional. Os CEDH's locais dos *campi* estabeleceram parcerias com profissionais da comunidade externa, principalmente da área do Direito e Psicologia e com instituições afins, estreitando relações com órgãos públicos de garantia de direitos humanos e com pesquisadores de temáticas afins aos focos de trabalho, para a produção intelectual conjunta.

A ampliação de redes de relacionamento interinstitucional de apoio possibilita o encaminhamento de pessoas da comunidade acadêmica que necessitam de tratamento psicológico e/ou orientação jurídica específica às instituições competentes, e tem auxiliado o desenvolvimento do trabalho dos núcleos. Essas ações são um importante mecanismo de apoio às pessoas que sofrem violências simbólicas e/ou físicas e evitam o agravamento de transtornos emocionais, tais como, depressão, síndrome do pânico, distúrbios de ansiedade, entre outros, promovendo, assim, um posicionamento ativo da Unespar de combate ao aumento desses distúrbios e de casos de suicídio, registrados entre acadêmicos das universidades brasileiras nos últimos anos, incluindo nossa instituição.

A Unespar é cossignatária do Pacto Universitário pela Promoção do Respeito à Diversidade, da Cultura da Paz e dos Direitos Humanos, proposto pelo Ministério da Educação e Cultura e o Ministério da Justiça e Cidadania, tendo sua comissão institucional coordenada pela representante do CEDH da Unespar.

6.5.2 Ações de acessibilidade estrutural

Estas ações estão contempladas basicamente em dois eixos, quais sejam, os de acessibilidade arquitetônica e o de acessibilidade metodológica por meio de recursos de tecnologia assistiva.

Quanto ao primeiro eixo, o CEDH está realizando um mapeamento nos sete *campi* da Unespar para o planejamento de curto, médio e longo prazo de projetos de melhoria de estrutura física no que se refere à acessibilidade arquitetônica dos *campi* da Unespar, o que permitirá melhorias de acessibilidade arquitetônica, consideradas emergenciais, desvinculando-as de projetos que envolvem ações de alto custo. As ações de planejamento da acessibilidade arquitetônica preveem o desenvolvimento de projetos arquitetônicos emergenciais em todos os *campi* da Unespar em parceria de programas como o “Engenheiros sem Fronteiras”, para encontrar as soluções possíveis e menos onerosas para a instituição, como já realizado em alguns dos *campi*.

Quanto ao segundo eixo, o CEDH desenvolveu um plano emergencial de atendimento a estudantes já matriculados nos sete *campi*, com planejamento para a aquisição de recursos de tecnologia assistiva prioritariamente para esse grupo. Esse planejamento possibilitou a otimização de recursos institucionais com o remanejamento *intercampi* de materiais existentes, de modo que aqueles

subutilizados fossem temporariamente usados nos locais com maior necessidade, considerando as demandas dos estudantes.

6.5.3 Ações de apoio e acompanhamento pedagógico

As equipes dos núcleos dos CEDH's locais prestam apoio, acolhimento, encaminhamento e acompanhamento pedagógico aos estudantes com necessidades educativas especiais e para pessoas pertencentes a outros grupos vulneráveis. Esses núcleos articulam os trabalhos de grupos de estudos, pesquisa e projetos de extensão em cada *campus*, otimizando as ações realizadas por docentes, técnicos e/ou profissionais voluntários, que atendem a comunidade acadêmica e externa.

As ações de ensino, pesquisa e extensão promovidas pelo CEDH e seus núcleos, possibilitam a reflexão e experiência educacional para a construção de acessibilidade atitudinal e concretizam a visão multidimensional de acessibilidade como um compromisso da Unespar com o aprimoramento de políticas de acesso e a permanência de grupos vulneráveis, colaborando para o desenvolvimento de uma cultura de Educação que tem como pressuposto de qualidade, a garantia dos direitos humanos, a promoção da cidadania e o respeito às diversidades.

7. VISÃO DAS POLÍTICAS DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO DA UNESPAR

A consolidação do princípio da indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão é um desafio presente na educação universitária contemporânea já que, de acordo com a Constituição Federal brasileira de 1988, ela é obrigatória no processo formativo de nível superior, conforme verificado em seu artigo 207: “As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão” (BRASIL, 1988). Nessa perspectiva, Castro (2004) nos possibilita entender que essa obrigatoriedade é decorrente da historicidade entre conhecimento científico e as demandas sociais que o conduziu à articulação entre ensino-pesquisa-extensão.

A indissociabilidade caracteriza-se pela integração entre os três domínios e pode ser entendida como um princípio orientador da Universidade, qual seja, o de articular os saberes teóricos e práticos, promovendo a formação humana e profissional em busca da transformação social. Assim, o tripé que forma o eixo central da Universidade Brasileira deve ser sustentado igualmente entre as três dimensões, mesmo que ora uma ou outra se sobressaia nos debates, demonstrando relações duais ou preocupações isoladas. No entanto, o sentido do fazer universitário deve estar calcado em sua tridimensionalidade.

O princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão orienta a definição das políticas de gestão e a escolha das responsabilidades assumidas pela Unespar, pois, a indissociabilidade deve necessariamente perpassar a formação promovida e ofertada pela universidade.

O conceito de indissociabilidade induz a algo que não pode existir sem a presença do outro. A desarticulação altera os próprios fundamentos do ensino, da pesquisa e da extensão. Qualquer alteração promovida no princípio da indissociabilidade provoca mudanças, pois, esse princípio é paradigmático e epistemologicamente complexo.

A definição das responsabilidades da Universidade não pode se dar isoladamente com relação ao princípio da indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão, pois, a Universidade tem seu sentido mais intrínseco apoiado exatamente nesse princípio. Boaventura de Souza Santos (2005, p.64-65) afirma que “no século XXI só há universidade quando há formação graduada e pós-graduada,

pesquisa e extensão. Sem qualquer destes, há ensino superior, não há universidade”.

Todavia, as universidades, apesar da clareza teórica com relação à necessidade da indissociabilidade entre suas três dimensões fundantes, ainda travam constantes debates justificados, muitas vezes, sob a alegação de que na graduação a ênfase é o ensino e, na pós-graduação, a pesquisa, ficando a extensão como uma prestação de serviço comunitário. Entendemos que essa visão deve ser superada, estabelecendo uma perspectiva na qual o ensino esteja alinhado à pesquisa; que a pesquisa seja entendida como conhecimento; e que o conhecimento se materialize por meio da extensão, a qual deva estender o conhecimento acadêmico à comunidade e retroalimentar a universidade por meio de demandas reais sociais, propiciando uma formação acadêmica/profissional concomitante com o mundo contemporâneo.

Destaca-se a importância de se pensar cada especificidade do tripé da universidade, como dialogam e em que instância se complementam. Nesse sentido, a Unespar entende que o ensino universitário deve ser comprometido com a formação de profissionais que sejam competentes em suas áreas, atendendo às demandas do mundo do trabalho, sem colocar em detrimento a formação humanística por meio da consciência filosófica, ética e autônoma do sujeito enquanto agente responsável pela transformação social. Assim, acredita-se na necessidade da inserção de inovações tecnológicas educacionais, interdisciplinaridade, diversidade de conhecimentos e metodologias de ensino que dialoguem com as demais dimensões sociais.

Com relação à pesquisa, a Unespar acredita em uma formação que pressupõe a troca de conhecimento com pesquisadores, a qual balize a práxis pedagógica de acordo com as demandas concretas da sociedade, propiciando uma formação crítica de forma a promover a ciência, a tecnologia e as inovações em busca de atender os desafios assumidos pelas universidades com o desenvolvimento regional da sociedade, o qual poderá ser visualizado por meio das atividades extensionistas.

Ressalta-se que as atividades extensionistas não devem assumir a característica de prestação de serviço, mas constituírem-se como um espaço de troca com a comunidade, em que o acadêmico em formação poderá compartilhar o conhecimento científico e, ao mesmo tempo, reelaborar tais conhecimentos, considerando a relação direta com a comunidade atendida, num trabalho de interface entre conhecimentos que se retroalimentam.

7.1 Políticas de ensino

A política de ensino da instituição é fundamentada num processo dinâmico de socialização do conhecimento, priorizando a articulação entre teoria e prática através de ações propostas, tanto em nível curricular e em atividades complementares, quanto pelo envolvimento dos docentes e integração das diversas áreas do conhecimento.

O ensino é indissociável da pesquisa, a qual gera conhecimento e produz ações na extensão, orientando-se segundo a diretriz de uma visão clara do perfil do egresso definido segundo a Missão da Universidade.

O ensino de graduação da Unespar, em consonância com as diretrizes curriculares nacionais, busca formar profissionais que atuem sobre grupos populacionais e/ou indivíduos no atendimento de suas necessidades. Para tanto, é necessário considerar o egresso como agente transformador do processo social, com formação humanística, crítica e reflexiva, com competência técnica, científica e política, baseada em princípios éticos e na compreensão da realidade social, cultural e econômica do seu meio, dirigindo sua atuação para a transformação da realidade em benefício da sociedade.

O ensino de graduação deve proporcionar a formação acadêmica dos alunos. Para tanto, o perfil deste deve apresentar as seguintes características:

- Proporcionar a formação integral do acadêmico por meio da prática educacional;
- Oportunizar ações pedagógicas, articulando conhecimentos com a realidade social numa relação dialético-reflexiva;
- Projetar situações de ensino-aprendizagem que possibilitem o desenvolvimento de conhecimentos teórico-práticos, com responsabilidade e solidariedade, visando à inserção social;
- Incorporar a dimensão técnico-científica da gestão da informação, consubstanciada pela metodologia científica;
- Desenvolver o aspecto técnico-profissional pela construção de conhecimento que capacite os alunos para o exercício de sua profissão com qualidade;
- Estruturar e articular disciplinas e outras atividades acadêmicas em sintonia com a realidade social;
- Oportunizar intercâmbio acadêmico com outras instituições, nacionais ou estrangeiras;

- Estimular o corpo docente a realizar atividades pedagógicas inovadoras em classe e extraclasse, respeitado o PPC.

As Diretrizes Curriculares, definidas pelo Conselho Nacional de Educação, representam orientações para a elaboração dos projetos pedagógicos dos cursos – PPC's. As propostas de formação são construídas a partir das competências básicas e devem ser pautadas na organização de conhecimentos e habilidades, na capacidade de relacionar a teoria com a prática na formação profissional e no desenvolvimento da cidadania.

A interdisciplinaridade é compreendida como resultado de diálogos entre as diferentes áreas do conhecimento que compõem os PPC's, e apresenta-se como uma orientação fundamental para a ação pedagógica dos cursos.

7.1.1. Políticas para a graduação

A Unespar adota o regime de ensino presencial, com sistema de matrícula anual ou semestral. A integralização curricular dos cursos de graduação far-se-á pelo regime seriado anual ou semestral, de acordo com o projeto pedagógico de cada curso (PPC).

Os PPC's constituem o instrumento balizador das ações acadêmicas, conferindo direção à gestão e às atividades pedagógicas no interior dos cursos de graduação. Tendo em vista a formação humanística dos profissionais que a instituição deseja habilitar, os PPC's devem contemplar conteúdos que permitam o desenvolvimento do exercício da cidadania.

As políticas de graduação da Unespar têm por compromisso:

- Considerar a pluralidade de concepções, produção e socialização do conhecimento com vistas à formação que se deseja;
- Articular temas decisivos para a formação profissional, compatíveis com os princípios de flexibilidade e de interdisciplinaridade;
- Garantir a flexibilidade das matrizes curriculares;
- Respeitar os conhecimentos prévios dos alunos, provenientes de suas experiências de vida social, articulando-os aos conhecimentos acadêmicos construídos no processo de formação;
- Construir competências formais por meio da investigação científica, integrando e delimitando as políticas entre ensino, pesquisa e extensão;

- Comprometer-se com os valores éticos e humanísticos e com o desenvolvimento de habilidades tecnológicas para o equilíbrio científico do homem na sociedade.
- Considerar a interdisciplinaridade, reduzindo a possibilidade de isolamento das disciplinas acadêmicas;
- Atualizar constantemente a política institucional de Estágio Supervisionado curricular e voluntário, mantendo coerência com a unidade teórico-prática de cada curso.
- Apoiar a realização de Projetos de Ensino e Programas de discussões didático-pedagógicas.

7.1.2 Políticas para cursos sequenciais

A oferta de cursos sequenciais visa diversificar o atendimento da Unespar às demandas apresentadas pela sociedade. Sua promoção deve refletir a atualidade do conhecimento nas diversas áreas contempladas nos currículos dos cursos, garantindo a articulação entre a teoria e a prática.

A Unespar estabelece como política a criação de cursos superiores de formação específica como alternativa de formação profissional.

7. 2 Políticas de pesquisa e pós-graduação

A concepção da pesquisa e as diretrizes para a pós-graduação na Unespar vêm sendo amplamente discutidas no âmbito dos Seminários de Pesquisa e Pós-Graduação, realizados anualmente desde o ano de 2012. Este fórum de Pesquisa que é presidido pela PRPPG é composto por docentes pesquisadores de todos os campi, representantes da pós-graduação no Brasil, pelo Escritório de Relações Internacionais (ERI) e por professores permanentes dos cursos de mestrado.

Universalizar as especificidades regionais é uma estratégia bastante discutida no Seminário, visando promover maior destaque a instituição como produtora de conhecimentos. Além disso, as atividades realizadas nestes seminários serviram para balizar as Políticas de Pesquisa e Pós-Graduação da Unespar e para o estabelecimento de metas, ações e indicadores para as práticas de pesquisa na instituição.

Importante ressaltar que as atividades de pesquisa e produção de conhecimento devem se relacionar intimamente com o ensino e com a extensão universitária. A pesquisa não deve ter somente como foco as atividades voltadas para a produção técnica de conhecimento, mas também um foco constante na participação de discentes de todos os níveis do ensino (ensino fundamental e médio, graduação e pós-graduação) objetivando envolvê-los nas práticas das atividades de produção científica.

Considerando a história da Unespar, bem como as grandes discussões sobre a produção científica nacional, a PRPPG buscará apoiar, prioritariamente, pesquisas de cunho social e aquelas direcionadas à inovação tecnológica, buscando a geração de processos e produtos, a partir dos recursos humanos de todos os campi, com ênfase em projetos de cunho interdisciplinar desenvolvidos no âmbito dos grupos de pesquisas da instituição.

Considerando que a Pesquisa, o Ensino e a Extensão constituem os eixos básicos do funcionamento das universidades públicas brasileiras, a PRPPG formulou suas políticas considerando este tripé (pesquisa, ensino e extensão), bem como estabeleceu ações e mecanismos para que as mesmas possam ser executadas. Neste sentido, é apresentado no corrente documento as políticas de Pesquisa e pós-graduação da Unespar.

No que tange as políticas de pesquisa da Unespar, é importante destacar que as mesmas têm por finalidade a consolidação de uma cultura de investigação científica na instituição, que suporte à inserção de nossos pesquisadores em redes de investigação científica local, nacional e internacional, tendo como foco principal a realidade regional.

7.2.1 Pesquisa

A pesquisa é o processo de produção de conhecimento adotando-se uma metodologia específica na busca de respostas a questões. Deve também orientar-se numa perspectiva ética, posto que o pesquisador possui uma responsabilidade social em relação a sua produção. O conceito de Universidade está ligado à produção do conhecimento, porém o estímulo à curiosidade e à criatividade não pode limitar-se a projetos específicos de pesquisa e dos cursos de pós-graduação.

As atividades pedagógicas devem estimular a investigação em quaisquer dos níveis de formação. Se a pesquisa se articula com o ensino, uma vez que para

produzir um novo conhecimento se manipula conhecimentos anteriormente já produzidos, ela também deve estar articulada com a extensão.

A política para a pesquisa na Unespar está voltada para a geração de conhecimento e tecnologia em todos os campos do saber e sua disseminação em padrões elevados de qualidade, seja através do ensino, publicações técnicas e científicas, ou outras formas de divulgação, e que atendam às demandas sociais locais, regionais e nacionais. Esses objetivos serão atingidos pelo fortalecimento da pesquisa, com ênfase na consolidação de Grupos de Pesquisa, entendidos como células iniciais para a definição e fortalecimento das áreas de pesquisa, mas também desenvolvida em projetos individuais.

A pesquisa deve estar contemplada na trajetória de formação acadêmica dos discentes como atividade acadêmica complementar. Para tanto, a Unespar busca constantemente uma maior participação dos acadêmicos em atividades de pesquisa, no âmbito dos Centros.

São prioridade as seguintes políticas de pesquisa:

- Fortalecimento dos Programas de Iniciação Científica;
- Socialização e divulgação dos trabalhos desenvolvidos e resultados obtidos;
- Fomento às iniciativas inovadoras de pesquisa e o apoio à promoção e participação em eventos científicos, à realização de traduções e incentivo às publicações, especialmente através da editora da instituição;
- Registro de propriedade intelectual;
- Formação de parcerias e convênios de pesquisa entre a Universidade e a comunidade;
- Integração entre os campi e outras instituições para otimizar a distribuição de pessoal e uso de recursos materiais e infraestrutura;
- Ampliação de programa de bolsas de iniciação científica por meio de integração à iniciativa privada, além das instituições públicas;
- Fortalecimento dos órgãos internos de apoio à pesquisa;
- Apoiar a realização e participação da comunidade acadêmica em eventos científicos e culturais, para apresentação de trabalho ou a interesse da instituição.

7.2.2 Pós-graduação

A verticalização do ensino é uma das metas prioritárias da Unespar. Os cursos lato sensu visam atender demandas específicas. Os programas de Pós- graduação stricto sensu são imprescindíveis na busca de excelência acadêmica e devem fortalecer os grupos de pesquisa e qualificação dos egressos.

Com relação ao caráter específico da Unespar, é necessário pensar estratégias que integrem sua realidade multicampi. A localização estratégica dos seus campi, distribuídos amplamente pelo Estado do Paraná, por um lado exige políticas de ação integradoras, e por outro permite o trabalho pelo desenvolvimento do Estado como um todo.

Nesse sentido, definem-se como políticas prioritárias para a pós-graduação:

- Criar e implementar cursos de mestrado e doutorado, preferencialmente envolvendo mais de um campus;
- Discutir a viabilidade de oferta de cursos à distância, com o intuito de integrar a participação de alunos das diversas regiões onde se encontram os campi da Unespar;
- Implantar programas de apoio à pós-graduação na forma de custeio de bolsas, com recursos próprios e de órgãos de fomento;
- Possibilitar o intercâmbio para docentes e discentes da Unespar com as demais universidades públicas;
- Incentivar a oferta de cursos de pós-graduação lato sensu que apresentam demanda;
- Estimular o processo de autoavaliação dos cursos de pós-graduação.

7.3 Políticas de Extensão e Cultura

A extensão tem como objetivo a articulação com diferentes atores sociais, buscando a difusão e a disseminação do conhecimento dos saberes científicos e populares, da informação e da cultura, tornando-os acessíveis à sociedade em geral e fazendo deles instâncias sociais críticas de modificação social e pedagógica.

A extensão vem ocupando cada vez mais espaço nas políticas públicas, e existem perspectivas de investimento em projetos de extensão, tanto por parte do Governo Federal quanto do Estadual. Numa concepção crítica e emancipatória, a extensão universitária deve priorizar ações que visem à superação das atuais condições de desigualdade e exclusão existentes no Brasil, sendo entendida como trabalho social, ou seja, uma ação deliberada que se constitui a partir da realidade e

sobre a realidade objetiva, produzindo conhecimento que levem à transformação social.

A política de extensão e cultura da Unespar deverá pautar-se pelos compromissos de:

- Promover o diálogo entre o saber científico produzido na Universidade e os saberes leigos, populares e tradicionais provindos de diferentes culturas;
- Intervir na solução de problemas sociais e ambientais existentes na região, voltados a: direitos humanos, terceira idade, medicina preventiva, formação continuada, egressos de estabelecimentos penais, pessoas com necessidades especiais, infância e adolescência, gestão e educação ambiental, a fixação do homem no campo: transferência de tecnologia, agroecologia;
- Promover a utilização de recursos físicos, técnicos e tecnológicos para ampliar a qualidade da educação continuada;
- Proporcionar atividades de produção, preservação e divulgação artístico-cultural;
- Valorizar os programas de Extensão *intercampi*, interinstitucionais, por intermédio de redes ou parcerias e atividades voltadas para o intercâmbio nacional e internacional;
- Amplia os canais de comunicação e divulgação com a comunidade interna e externa.

7.4 Políticas para a comunidade estudantil

A Unespar entende a importância de promover políticas de democratização do acesso, ingresso e permanência de acadêmicos de graduação e pós-graduação. Por sua característica *multicampi* e distribuição espacial no Paraná, oportuniza o acesso de estudantes das diferentes regiões do Estado e do também do País.

Ao assumir a perspectiva de que o aluno é um sujeito que se constrói nas relações histórico-sociais e que aprendizagem não se restringe apenas ao saber científico, mas está articulada a um processo que envolve a formação pessoal, cultural e política, a Unespar cria a política supracitada, visando referendar seu projeto pedagógico, no qual os alunos são percebidos como protagonistas e partícipes do seu projeto formativo.

Esta proposta compreende os seguintes compromissos:

- Assegurar o ingresso através de diferentes instrumentos de seleção considerando a diversidade de cada campus;

- Favorecer o desenvolvimento e a expansão das atividades do Serviço de apoio ao estudante;
- Apoiar a participação discente em eventos científicos e culturais;
- Manter os programas de bolsas de estudos, de trabalho e de desenvolvimento acadêmico;
- Estimular sua participação nos órgãos colegiados;
- Valorizar o trabalho dos representantes de turma;
- Melhorar as condições de segurança à comunidade discente;
- Desenvolver programa de acompanhamento de egressos.

8 POLÍTICAS DE GESTÃO E DE RESPONSABILIDADE DA UNESPAR E SUA CONTRIBUIÇÃO À INCLUSÃO SOCIAL E AO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL DA REGIÃO

As políticas de gestão da Unespar estão orientadas buscando a responsabilidade, inclusão e o desenvolvimento social e econômico das suas regiões de abrangência, visto sua natureza de instituição educacional, que, como tal, tem a responsabilidade com a formação individual de seus acadêmicos e, conseqüentemente, das regiões em que se insere, tanto em aspectos sociais quanto econômicos e culturais, pois é o espaço propício à elevação cultural e humanística dos indivíduos e das sociedades.

Para atingir esses objetivos, foi necessário planejar as políticas de gestão e de responsabilidade com vistas a um futuro desejável construído a partir da realidade. Para isso, é necessário ter por base um entendimento sólido do presente e de análises consistentes do passado. Assim, é necessária uma análise conjuntural objetiva para que possamos identificar claramente as distintas formas como a crise se apresenta para a sociedade e para a educação superior brasileira. As análises mostram que a conjuntura nacional política, econômica e educacional é marcada por fortes rupturas com os consensos obtidos no passado recente e materializados, por exemplo, no texto da Constituição Federal promulgada em 1988, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 9394/1996 e no Plano Nacional de Educação de 2014-2024.

Mesmo diante deste cenário, temos defendido e organizado nossas ações visando cumprir com o nosso entendimento de universidade como construtora do conhecimento:

O sentido essencial da responsabilidade social da educação superior consiste em produzir e socializar conhecimentos que tenham não só o mérito científico, mas também valor social e formativo. Portanto, que sejam importantes para o desenvolvimento econômico, que tenham sentido de cidadania pública [...] Que a universidade não dê razão ao mercado, se e quando ele se impõe como razão da sociedade. Que a universidade não seja um motor da globalização da economia de mercado, mas sim da globalização da dignidade humana (DIAS SOBRINHO, 2005, p. 171-172).

As mudanças recentes ocorridas na política, na economia e na educação brasileira afetam diretamente o cotidiano da universidade, sejam elas ligadas ao

Sistema Federal, aos Sistemas Estaduais, ao Distrital e Municipais de Educação. Planejar a gestão institucional e identificar a responsabilidade da Unespar, instituição vinculada ao Sistema Estadual de Educação Paranaense, tem se mostrado uma tarefa complexa devido à dinâmica volátil apresentada pela conjuntura nacional brasileira. Diante dessa dinâmica social complexa e em constante mutação, a universidade se obriga a reafirmar seus princípios de propiciar uma educação de qualidade social, laica, inclusiva, pública, gratuita e emancipadora para todos e todas, com garantias de preservação do direito ao livre pensamento e ao exercício autônomo das atividades universitárias, sejam elas praticadas pelos docentes, pelos agentes universitários e alunos.

Kerr (1982, p.21-22), ao abordar alguns elementos da história da Universidade, evidencia que a sociedade hoje tem novas funções, e a Universidade tem que se posicionar diante dessa realidade. O conhecimento, como forma de poder, tem hoje a sua ampliação exigida como nunca antes visto. Para o autor, a Universidade está dentro da “textura social de uma determinada época”. Nesse sentido, se a sociedade requer ações, a Universidade deve responder. Isto ocorre no caso dos indígenas, porém, com o risco de se basear apenas no utilitarismo.

Retomando a questão da Universidade como local do conhecimento (ainda que não exclusivamente), queremos ressaltar alguns elementos trazidos por Cruz (2006, p. 42) que consideramos fundamentais, quais sejam, de que “A força da Universidade, sua característica mais singular está na aliança entre educação e avanço do conhecimento”.

Com relação às universidades *multicampi* e multirregionais, presentes também no interior do Estado do Paraná, como é o caso da Unespar, afirmamos sua importância como elemento fundamental na promoção do desenvolvimento de regiões afastadas dos grandes centros, o que torna ainda mais premente a vinculação social, bem como a relação com as comunidades locais. Além disso, estando situada próxima a municípios com baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), a Unespar, assim como as outras instituições que atendem regiões distantes dos grandes centros urbanos, precisa cada vez mais estar preparada para lidar com os novos públicos, oriundos de um processo de democratização e expansão das Instituições de Ensino Superior (IES's) ocorridos no Brasil, sobretudo, nos últimos 15 anos. Este processo de democratização e expansão resultante de políticas públicas bem sucedidas fez com que sujeitos até então distantes da educação superior se tornassem capazes de acessar o conhecimento especializado.

A partir dessa afirmação, Cruz (2006) salienta que a Instituição não pode ficar presa ao utilitarismo que: para a direita, seria o apoio às empresas e, para a esquerda, a ajuda à sociedade brasileira na solução de seus problemas sociais de forma imediata. Nesse sentido, ressalta que estas não são funções primeiras da universidade, mas há a possibilidade de auxílio, já que sua função é “educar pessoas para trabalhar com o conhecimento” (CRUZ, 2006, p. 43). Já os profissionais – formados por estes princípios da Universidade – podem ajudar o país a resolver os problemas colocados anteriormente.

Cruz complementa argumentando que a autonomia universitária é um elemento fundamental para as universidades; sem esta, não é possível decidir sobre qual tipo de pesquisa deve ser realizada nas instituições, tampouco seria possível sequer pensar em políticas de gestão e de responsabilidade da IES enfatizando a contribuição à inclusão social e ao desenvolvimento econômico e social da região.

O grande volume de atividades acadêmicas desenvolvidas pela Unespar está concentrado nas três pró-reitorias fins (PROGRAD, PROEC e PRPPG) e alinhado com o que preconiza a Constituição Brasileira de 1988 no seu artigo 207: “As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão” (BRASIL, 1988).

As universidades têm um importante papel para criar condições e oportunidades para que os alunos possam refletir crítica e criativamente sobre os problemas sociais das regiões em que estão inseridos, propondo, através de atividades de extensão, oriundas da articulação com o ensino e a pesquisa, ações visando à inovação e a responsabilidade com a sociedade de um modo geral.

Dessa forma, para que possamos desenvolver nossas ações com responsabilidade social, as mesmas precisam ser oriundas das demandas sociais e não apenas de legislações. Assim, tanto as ações quanto os compromissos sociais precisam ser discutidos nos diferentes espaços, sejam eles acadêmicos ou não acadêmicos. A Unespar tem buscado, em suas atividades de pesquisa e extensão, atuar tanto no espaço acadêmico quanto nos espaços ocupados pelos movimentos sociais e seus componentes, com uma preocupação voltada para a formação reflexiva sobre o mundo do trabalho e as relações que o engendram, ou seja, com todas as comunidades que escolhem a universidade como espaço de diálogo. Assim, concordando com Pereira (2003, p. 235), visamos em nossas ações:

[...] privilegiar a integração comunitária, envolvendo docentes e discentes no estudo da realidade local, visando à busca de soluções técnico-políticas e práticas para as questões de interesse da comunidade; fomentar a educação continuada que fortaleça a consciência crítica, criadora, técnica e ética, gerando novos conhecimentos; apoiar a criação e produção cultural, integrando-se à ação educativa e aos diferentes contextos sociais da região.

Assim, a ampliação do número das ações desenvolvidas pela Unespar nesses espaços de atuação, com relação à Extensão, mostra um forte crescimento obtido a partir dos poucos anos desde a sua criação em dezembro de 2013. Porém, a ampliação foi tanto quantitativamente, conforme pode ser visualizado no gráfico abaixo, quanto qualitativamente, com a diversificação dos temas.

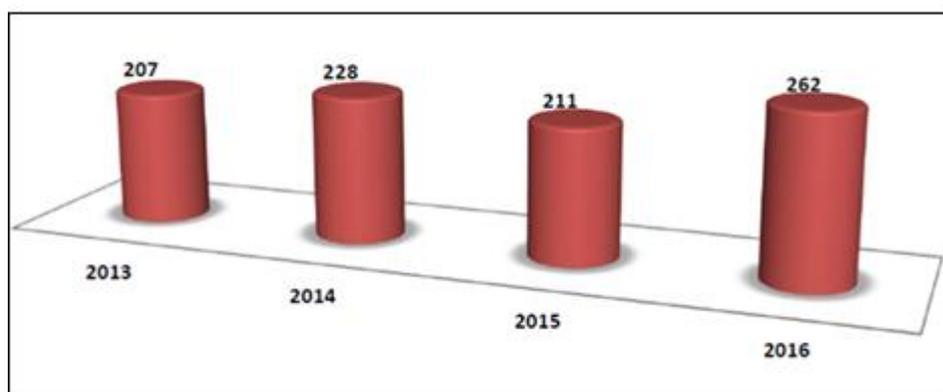


Figura 8 – Gráfico da evolução do quantitativo de projetos de extensão
Fonte: (PROEC, 2016)

Em decorrência das políticas de extensão, cultura e assuntos estudantis definidas para a Unespar, será desenvolvido, entre 2018 e 2022, um conjunto de ações e atividades. Citamos algumas ações que já estão em curso e também ações programadas para os próximos anos. Promover a indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão é uma meta definida como prioridade para ser atingida mediante a promoção de reuniões e eventos dirigidos a comunidade acadêmica.

Tanto a criação e implantação de um sistema de registro e acompanhamento *online* das atividades de extensão, cultura e assuntos estudantis, quanto à definição de indicadores, da metodologia e da periodicidade são elementos necessários para consolidar uma avaliação continuada das atividades de extensão, cultura e assuntos estudantis. Os resultados da avaliação orientarão as ações de qualificação do corpo docente, dos agentes universitários e dos alunos na busca da implementação das políticas extensionistas.

As políticas de extensão e cultura da Unespar passam pela ampliação e pelo fortalecimento das ações de integração e de interlocução com a sociedade da sua

área de abrangência, incentivando a preservação e a sustentabilidade ambiental e buscando integração cultural com os diversos setores da sociedade.

A internacionalização das atividades de extensão e cultura mediante a promoção da cooperação internacional, possui as universidades dos países latinoamericanos como objetivo próximo. Isso será atingido com a promoção do intercâmbio entre os estudantes da Unespar e os estudantes das universidades conveniadas. A definição de princípios e de conceitos norteadores para a área da cultura e das artes capacitará a Unespar para estabelecer uma relação mais produtiva com as universidades latino-americanas.

9 CONCLUSÃO

Nesse PPI, a grande orientação assumida é a própria missão da Unespar, enquanto universidade pública, *multicampi* e multirregional. Foi nela que se buscaram as referências teóricas para as bases conceituais que deram sustentação à elaboração deste, que é uma revisão do documento aprovado pelo Conselho Universitário Provisório no contexto do processo de credenciamento institucional, este documento deve ser submetido a um amplo processo de discussão junto à comunidade acadêmica com vistas à construção da consciência pedagógica da instituição, que passe a nutrir de maior consistência e coerência sua prática acadêmica, orientada pelas políticas definidas neste documento.

Há que se tomar o mesmo, ainda, como um amplo referencial que possa subsidiar a elaboração e revisão dos projetos político-pedagógicos das unidades acadêmicas.

Dessa forma, os fundamentos históricos, epistemológicos, filosóficos, pedagógicos, éticos e políticos explicitados neste documento precisam ser compreendidos em sua dinamicidade, estando abertos a atualizações resultantes de processos interativos em vivências cotidianas legítimas. Nesse sentido, é essencial que tais atualizações sejam respaldadas pela coerência entre o pensar e o agir de toda a comunidade, no exercício da construção de uma Universidade multicampi e multirregional, propulsora do desenvolvimento das regiões em que se inserem suas unidades, formadora de cidadãos capazes de interferir de forma efetiva e responsável no mundo do trabalho e nas comunidades regionais, com reflexos nas sociedades paranaense e brasileira como um todo.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Brasil em Números**. Indicadores da Educação Brasileira. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/sobre/o-brasil/o-brasil-em-numeros-1/educacao>. Acesso em: 26/04/2012.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CP 1/2002**. Diário Oficial da União, Brasília, 9 de abril de 2002.

BRASIL. **Resolução CNE/CES 2/2007**. Diário Oficial da União, Brasília, 19 de junho de 2007, Seção 1, p.6.

BRASIL. **Lei n.º 11.788, de 25 de Setembro de 2008**. Diário Oficial da União, Brasília, 26 de setembro de 2008.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. **Resolução n.º 02, de 01 de julho de 2015**. Diário Oficial da União, Brasília, 2 de julho de 2015 – Seção 1 – pp. 8-12.

CASTRO, M. L. S. **Avaliação do Rendimento Educacional e a Formação de Professores**. 2002. Disponível em: <http://www.sbec.org.br/evt2008/trab28.pdf>. Acesso em 26/04/2012.

CRUZ, C. H. B. Pesquisa e Universidade. In: STEINER, J. E.; MALNIC, G. (Orgs). **Ensino superior: conceito e dinâmica**. São Paulo: EDUSP; Instituto de Estudos Avançados da USP, 2006, p. 41-63.

DIAS SOBRINHO, José. Educação superior, globalização e democratização. Qual universidade? **Revista Brasileira de Educação**. n. 28. Rio de Janeiro, Jan./Abr. 2005, p. 164-173.

DINIZ-PEREIRA, J.M. A prática como componente curricular na formação de professores. **Educação**, Santa Maria, v.36, n.2, p.203-218, maio/ago. 2011.

GALUCH, M., SFORNI, M. Interfaces entre políticas educacionais, prática pedagógica e formação humana. DOI: <http://dx.doi.org/10.5212/PraxEduc.v.6i1.0005>. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, 6, jul. 2011. Disponível em: <http://www.revistas2.uepg.br/index.php/praxiseducativa/article/view/1862>. Acesso em: 17/04/2012.

GAZETA DO POVO. **Miséria põe Gleisi e Richa do mesmo lado**. Disponível em: <http://www.gazetadopovo.com.br/vidapublica/conteudo.phtml?id=1240010>. Acesso em 26/01/2012.

INEP - **Resumo técnico: Censo da educação superior 2015**. – Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2015. 55p.

INSTITUTO DE TERRAS, CARTOGRAFIA E GEOCIÊNCIAS (ITCG). **Mapa da Densidade demográfica do Paraná**. Curitiba. 2010

KERR, C. **Os Usos da Universidade**. Trad. Débora Cândida Dias Soares. Fortaleza: Edições Universidade Federal do Ceará, 1982.

LIBÂNEO, José Carlos, OLIVEIRA, João Ferreira de e TOSCHI, Mirza Seabra. **Educação Escolar**: políticas, estrutura e organização. 4. Ed. São Paulo: Cortez, 2007.

LEONTIEV, Alexis. **O desenvolvimento do psiquismo**. Lisboa: Livros Horizonte, 1978.

LOMBARDI, J. C.; SAVIANI, D. (Orgs.). **Marxismo e Educação debates contemporâneos**. Campinas, SP: Autores Associados, 2005.

MENEGOTTO, D.B.; BECKER, F. Práticas pedagógicas e procedimentos didáticos no AVA MOODLE: um estudo a partir de um curso técnico. **Revista Educação e Linguagens**, Campo Mourão, v.2, n.2, jan./jun. 2013.

PEREIRA, R. da S. Responsabilidade Social na Universidade. **Revista Gerenciais**, nº. 2, p.113-125, 2003.

SFORNI, M. S. de F. **Aprendizagem Conceitual e organização do ensino**: contribuições da Teoria da Atividade. 1.ed. Araraquara: JM Editora, 2004.

SAVIANI, D. **Pedagogia Histórico-Crítica**: primeiras aproximações. 5. ed. Campinas, SP: autores Associados, 1995.

SOUSA SANTOS, B. **A universidade no século XXI**: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade. 3. ed. — São Paulo: Cortez, 2011. (Coleção questões da nossa época; v. 11).

ANEXOS (VERIFICAR SE FICARÁ AQUI)

Anexo 1. Política Institucional de Formação de Professores para a Educação Básica da Unespar